



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

Priscila Ferreira Torres

**DO JIRAU AOS QUINTAIS: saberes e usos de plantas medicinais a luz do Coletivo Mãe
Preta - sementes da ancestralidade na Comunidade Quilombola do Itacuruçá,
Abaetetuba(PA)**

Belém - PA

2026

**DO JIRAU AOS QUINTAIS: saberes e usos de plantas medicinais a luz do Coletivo Mãe
Preta - sementes da ancestralidade na Comunidade Quilombola do Itacuruçá,
Abaetetuba (PA)**

Priscila Ferreira Torres

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.
Linha de Pesquisa: Ações Públicas e Coletiva, Território e Ambiente

Orientadora: Profa. Dra. Voyner Ravena-Cañete

Belém - PA

2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

F383j Ferreira Torres, Priscila.
DO JIRAU AOS QUINTAIS: saberes e usos de plantas
medicinais a luz do Coletivo Mãe Preta -sementes da ancestralidade
na Comunidade Quilombola do Itacuruçá, Abaetetuba (PA) /
Priscila Ferreira Torres. — 2026.
107 f.

Orientador(a): Prof. Dr. Voyner Ravena-cañete
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2026.

1. Quilombo. 2. plantas medicinais. 3. saberes tradicionais.
4. etnografia. I. Título.

CDD 581.63409811

Priscila Ferreira Torres

**DO JIRAU AOS QUINTAIS: saberes e usos de plantas medicinais a luz do Coletivo Mãe
Preta -sementes da ancestralidade na Comunidade Quilombola do Itacuruçá,
Abaetetuba (PA)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Voyner Ravena-Cañete
(orientadora) PPGSA-UFPA

Profa. Dra. Luciana Gonçalves de Carvalho
(examinadora interna) PPGSA-UFPA

Prof. Dr. Rafael Paiva de Oliveira Diaz
(examinador externo) PPGEAP-UFPA

Profa. Dra. Edila Arnaud Ferreira Moura
(examinadora suplente) PPGSA-UFPA

Prof. Dr. Thalles Maximiliano Ravena Cañete
(examinador suplente) PPGDSTU/NAEA-UFPA

*Dedico esta dissertação ao Território Quilombola do
Itacuruçá, ao qual me proporciona inúmeras atuações.*

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos meus ancestrais que forjaram anos de lutas para que nosso povo pudesse chegar nos espaços que estou. Sem a ancestralidade que guia e orienta eu não conseguiria chegar ao final deste ciclo para iniciar mais uma etapa brilhante e da qual os meus e eu mesma me orgulho.

A Deus e a Nossa senhora de Nazaré, agradeço por tantas dádivas. À minha família, minha eterna gratidão, pois todos compreenderam minha ausência em muitos momentos, e sempre caminharam e caminham ao meu lado, sem vocês eu teria desistido quando os obstáculos apareceram.

Agradeço às minhas amigas e companheiras de coordenação coletiva do coletivo Mãe Preta, sem vocês nada disso seria possível. Nós somos os sonhos dos nossos ancestrais. Agradeço também a cada integrante desse coletivo, o qual mudou a minha vida e me faz esperar em busca de dias melhores.

A todo o território quilombola do Itacuruçá eu agradeço por representar força, luta, resistência e resiliência para seu povo. Nós somos o próprio território. Ao coletivo UBUNTU que durante esses dois anos de atuação proporcionou-me junto ao coletivo Mãe Preta o fortalecimento da minha identidade e me proporcionou contribuir com os meus.

Agradeço à minha orientadora, Voyner Ravena-Cañete, por me acompanhar nessa caminhada árdua que é estar nos espaços acadêmicos que renegam nossa história e saberes. Que nossos laços de companheirismo sejam eternos, pois sei que além de orientadora é uma mulher que me incentiva a lutar pela defesa dos meus.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia meu agradecimento, e futuramente citarei novamente este agradecimento na tese minha de doutorado. Agradeço em especial aos professores com os quais compartilhei conhecimentos e aflições na caminhada do mestrado, sem dúvida vocês contribuíram para a minha formação profissional e pessoal. A professora Denise agradeço por me orientar no estágio docência e enveredar reflexões importantíssimas nos espaços nos quais atua.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPS) agradeço pela oportunidade em ser bolsista durante esses 2 anos, e assim conseguir permanecer na pós-graduação. Ao “Projeto de Ensino, Pesquisa e Extensão com foco em direitos culturais, gestão territorial e desenvolvimento em comunidades quilombolas”, que oportunizou eu adentrar em reflexões sobre campos temáticos importantes para a garantia dos direitos quilombos.

RESUMO

A construção desta dissertação reflete minha experiência como sujeito de pesquisa e expressa o amadurecimento por mim vivido, por meio dos caminhos por mim percorridos, uma quilombola que busca ser antropóloga. O objetivo geral desta pesquisa consiste em compreender como os conhecimentos associados para acesso e uso de ervas e plantas medicinais figuram como estratégia de enfrentamento às pressões da sociedade do entorno e resiliência diante às mudanças socioambientais sobre o território quilombola do Itacuruçá. E como objetivos específicos: descrever os conhecimentos tradicionais de ervas e plantas medicinais por conta das pressões sobre o território quilombola de Itacuruçá; descrever as estratégias de enfrentamento ao apagamento do conhecimento tradicional vinculado às práticas ancestrais da comunidade do Itacuruçá; registrar o conhecimento tradicional de ervas e plantas medicinais para acessar outras formas de políticas públicas relacionadas a direitos culturais. A pesquisa se caracteriza como sendo de cunho qualitativo. Inicialmente se, debruça sobre uma pesquisa bibliográfica e documental acerca da historicidade da comunidade *locus* da pesquisa, e na sequência se propõe a realizar uma etnografia colaborativa (Clifford, 2011) sobre o coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, projeto que trata de práticas e saberes de mulheres quilombolas no uso e prática voltados a ervas e plantas medicinais. Os resultados demonstram que os saberes atrelados às plantas medicinais por si só não existem se não estiverem interligados a um conhecimento ecologicamente local. É através das variadas formas de cuidar e entender o universo em que se apresentam o cenário da temática que fazem esses saberes serem pulsantes no viver cotidiano do povo local. A comunidade por sua vez vem avançando em enfrentamentos diante dos obstáculos vividos pela degradação socioambiental e cultural impostos pela sociedade hegemônica, por meio das estratégias desses conhecimentos específicos construídos na coletividade para a gestão de seu território.

Palavras-chave: Quilombo; plantas medicinais; saberes tradicionais; etnografia.

LISTA DE SIGLAS

ARQUIA - Associação dos Remanescentes Quilombola das Ilhas de Abaetetuba
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
INEAF- Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
IRT- Imposto de Propriedade Territorial Rural
ITERPA - Instituto de Terras do Pará
MEC - Ministério de Educação
MPEG- Museu Paraense Emílio Goeldi
OMS - Organização Mundial da Saúde
PBP - Programa de Bolsa Permanência
PROFICIAMB- Programa de Pós-Graduação em Rede Nacional para o Ensino de Ciências Ambientais
PPGA- Programa de Pós-Graduação em Antropologia
PPGAA- Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
PPGAA- Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Antropologia
PPGAS- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social
PPGDS- Programa de Pós-Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural
PPGSA - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia
PSE (I/Q) - Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas
RTID- Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
UFBA- Universidade Federal da Bahia
UFOPA- Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA - Universidade Federal do Pará
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina
UFRN- Universidade Federal do Rio Grande do Norte

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Rio Itacuruçá. Ao fundo da foto encontram-se três casas, a do meio é o meu lar há 27 anos, as outras duas são de meus tios.
- Figura 2- Escola Quilombola Santo André
- Figura 3- Nascer do sol no rio Maratauíra
- Figura 4- Nascer do sol no rio Maratauíra
- Figura 5- Marreta de peixe
- Figura 6- Jirau de moradores da comunidade do Baixo Itacuruçá
- Figura 7- Jirau de moradores da comunidade do Alto Itacuruçá
- Figura 8- Mapa do Território Quilombola do Médio e Baixo Itacuruçá e Ipanema, município de Abaetetuba, estado do Pará.
- Figura 9- Peixes mortos encontrados no Rio Alto Itacuruçá
- Figura 10- Peixes mortos encontrados no Rio Alto Itacuruçá
- Figura 11- Igarapé da comunidade do Alto Itacuruçá contaminado com rejeitos da Fazenda Pontilhão
- Figura 12- Agricultores na etapa de limpeza da roça
- Figura 13- Agricultor cortando a lenha da limpeza da roça que é utilizada no fogão a lenha e na fazição da farinha no retiro
- Figura 14- Roça limpa e plantada com mandioca já em processo de crescimento
- Figura 15- Roça limpa e plantada com mandioca já em processo de crescimento
- Figura 16- Casa de farinha (ritiro)
- Figura 17- Morador mexendo a farinha no forno
- Figura 18- Plantação da palmeira do açaí
- Figura 19- Processo de disbulha do açaí
- Figura 20- Processo de atravessamento do fruto do açaí realizada por moradores
- Figura 21- Marreteiro de açaí transportando o palmito de açaí
- Figura 22- Moradora iscando o matapi para pegar camarão
- Figura 23- Peixes capturados através da tapagem de igarapé
- Figura 24- Área do rio Itacuruçá
- Figura 25- Área do ramal Santo André
- Figura 26- Igreja católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em período de festejo
- Figura 27- Igreja evangélica Assembleia de Deus
- Figura 28- Olaria
- Figura 29- Campo (Santa Rosa) da comunidade do Baixo Itacuruçá

Figura 30- Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombola e Ribeirinho

Figura 31- Barracão de festa dançante Santo André

Figura 32- Dona Helena, remedeira, puxadeira, plantadora e benzedeira em seu jirau

Figura 33- Unidade Básica de Saúde do Itacuruçá, localizada na comunidade do Médio Itacuruçá

Figura 34- Comidas (peixe e porco) sendo assadas e cozinhadas no fogão a lenha

Figura 35- Panelas de cozinhar no fogão a lenha feito de tijolos

Figura 36- Peixe (Mapará) cozido com limão comprido e farinha produzida na comunidade

Figura 37- Frutas (cacau, jambo rosa, ingá, ajuru, cana piojota, manga pombinha, avapão) presentes no quintal dos moradores da comunidade

Figura 38- Reunião online realizada pelo grupo

Figura 39- Primeira reunião presencial para programar a primeira atividade do projeto

Figura 40- 1º mutirão de construção coletiva do jirau medicinal

Figura 41- 1º mutirão de construção coletiva do jirau medicinal

Figura 42- Intercâmbio entre os coletivos Mãe Preta e Aiê Açú

Figura 43- Plantas medicinais usadas na dinâmica do intercâmbio

Figura 44- Momento de plantio de mudas de plantas medicinais por um representante de cada comunidade presente

Figura 45- Partilha das mudas plantadas na atividade

Figura 46- Momento de partilha de experiências

Figura 47- Crianças sentindo as plantas usadas no banho cheiroso e de proteção

Figura 48- Materiais usados para produção dos remédios

Figura 49- Dona Helena explicando sobre as plantas

Figura 50- Pessoas observando o preparo dos remédios

Figura 51- Compartilhamento de plantas medicinais

Figura 52- Oficina de turbante

Figura 53- Mulheres quilombolas participantes do desfile após a oficina de turbante

Figura 54- Oficina de pintura em telhas

Figura 55- Oficina de pintura em telhas

Figura 56- Apresentação cultural da escola Quilombola Santo André

Figura 57- Mulheres da comunidade ensinando adolescentes a tecer crochê

Figura 58- Mulheres da comunidade ensinando adolescentes a tecer crochê

Figura 59- Mulheres aprendendo com a artesã quilombola Pérola a fazer biojoias

Figura 60- Dona Conce e Ivanete mexendo na terra

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Atividades realizadas pelo coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade

Quadro 2- Plantas cultivadas no jirau medicinal quilombola do Itacuruçá

Sumário

INTRODUÇÃO - Travessias de uma quilombola	13
A Pós-graduação: mestrado.....	25
Percurso Metodológico.....	30
CAPÍTULO I- RECONTANDO O BAIXO ITACURUÇÁ	34
O campo de pesquisa e o cotidiano do Território Quilombola do Itacuruçá.....	35
CAPÍTULO II- QUANDO EU TÔ COM DOR, EU BEBO O CHÁ, É BATER E VAI O Coletivo Mãe Preta: plantas medicinais e resistência local	59
Situando o tema.....	62
O coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, como ancestralidade e resistência	67
Ações.....	73
O uso de práticas de cuidado no Quilombo de Itacuruçá: uma experiência a partir do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade.....	89
Dificuldades e possibilidades	97
Experiências sobre patrimônio cultural material e imaterial: possibilidades e estratégias futuras.....	101
CONCLUSÃO	102
REFERÊNCIA	104

INTRODUÇÃO - Travessias de uma quilombola

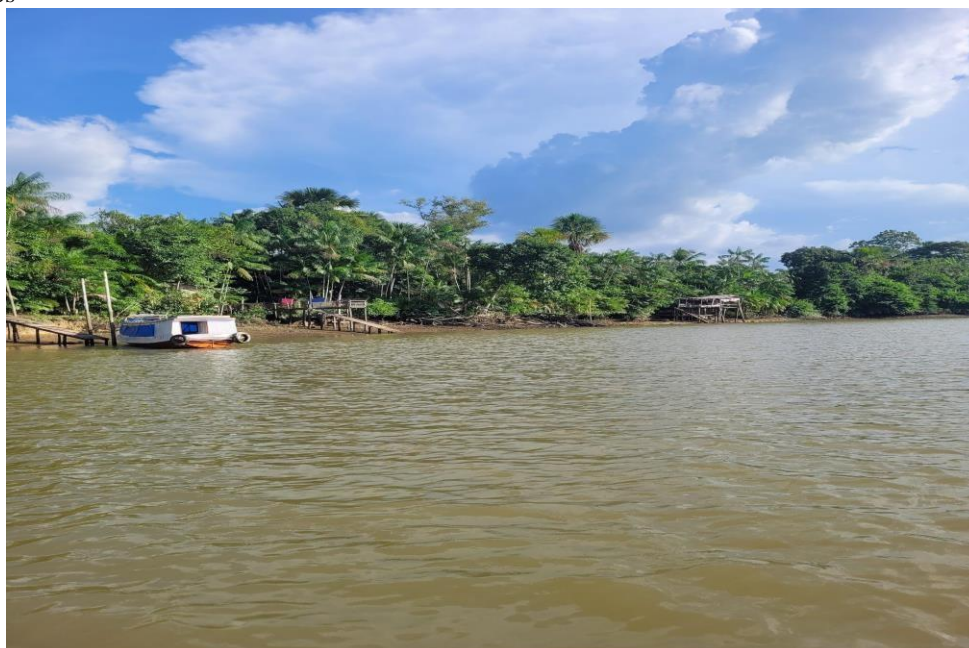
A construção desta dissertação reflete minha experiência como sujeito de pesquisa e expressa o amadurecimento por mim vivido por meio dos caminhos por mim percorridos. Sou uma quilombola que busca ser antropóloga. Nesse percurso, um letramento sobre a sociedade emergente chegou a mim, o que me permitiu as escolhas acadêmicas que fiz e mesmo esta proposição de dissertação.

Sou Priscila Ferreira Torres, mulher preta, quilombola, jovem, filha de Rosangela Ferreira Torres, neta de Mário Torres e Nicolina Ferreira. Nascida e criada no quilombo do Baixo Itacuruçá, o qual tece toda a minha trajetória de vida quilombola. Moro desde pequena com meus avós maternos, após o falecimento de minha mãe devido a um aneurisma. A partir de então meus avós assumiram o papel de mãe e pai para mim, juntamente com minhas tias e tios, irmãos de minha mãe. Minha infância, adolescência e juventude são atravessadas pelas vivências coletivas do quilombo de Itacuruçá.

Sou quilombola, carrego comigo a potência de um povo aguerrido e resistente. Trago a força dos meus antepassados e os sonhos dos meus ancestrais. Venho do povo que por muito tempo foi excluído e marginalizado na sociedade e que resistiu fortemente ao processo de escravidão.

Expresso através da figura 1 a paisagem com a qual vivencio minhas subjetividades e as formas diretas com as quais lido com as escolhas de meu cotidiano. Essa paisagem atravessa minha memória, minha percepção e desejo de mundo, mundo esse que retrato neste texto.

Figura 1 - Rio Itacuruçá. Ao fundo da foto encontram-se três casas, a do meio é o meu lar, as outras duas são de meus tios



Fonte: Priscila Torres, 2024.

O contato com a temática desta dissertação emerge do estudo realizado para uma disciplina obrigatória (Homem e Meio Ambiente) ofertada no curso de Ciências Biológicas na Universidade Federal do Pará, que cursei em 2021. Esse foi o momento vivido durante a pandemia da COVID-19, no qual minha família, assim como muitas outras famílias no mundo, vivenciaram a experiência de ter que ficar em isolamento devido alguns membros terem contraído o vírus SARS-CoV-2. Essa conjunção criou condições importantes para a inserção do campo científico que originou primeiramente o meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)¹ e neste momento esta dissertação, como sigo explicando.

O acesso à educação desde o período escravocrata foi negado para as pessoas negras, apesar de tal acesso ser garantido pela Constituição Federal de 1988 (Ribeiro, 2019). Esse é o contexto em que historicamente as comunidades tradicionais e negras que, para além de marginalizadas, são atravessadas por dificuldades para garantir direitos fundamentais de todo cidadão, como educação, saúde, saneamento básico etc e apresentarei como essas barreiras sociais forjaram a minha trajetória enquanto pesquisadora, para posteriormente me encontrar no atual cenário em que apresento este trabalho de finalização de curso de mestrado.

Toda minha trajetória escolar até o ensino médio se deu em minha comunidade e através da educação pública, especificamente na escola Santo André. Essa escola teve sua fundação em 2008, quando construída outra infraestrutura, passou a ter em seu nome a palavra quilombola, e assim denomina-se até os dias atuais como Escola Quilombola Santo André, sendo esta a primeira escola Quilombola do município de Abaetetuba. Somente hoje compreendo o sentido na mudança do nome da escola e a força e importância que a palavra "quilombola" carrega. Bem como entendo a importância que essas mudanças trouxeram para a elaboração deste trabalho.

¹ TORRES, Priscila Ferreira. Farmácia de quintal: Saberes e usos de plantas medicinais em Territórios Quilombolas- Baixo Itacuruçá, Abaetetuba (PA). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

Figura 2 - Escola Quilombola Santo André



Fonte: Thais Torres, 2026.

Apesar das dificuldades e da precariedade na qualidade do ensino ao qual tive contato até a conclusão do meu ensino médio, cenário vivido por muitos de nós quilombolas em nossas comunidades, posso dizer que fui um pouco privilegiada, no que concerne a possibilidade que muitos da minha família e da comunidade não tiveram antes da criação desta escola, que é de concluir seus estudos na sua própria comunidade.

Antigamente os nossos precisavam, quando queriam e podiam seguir seus estudos, deslocar-se para outras comunidades vizinhas que ofertam as séries até o ensino médio, em sua maioria através do ensino modular. Para chegar até essas outras comunidades era preciso fazer viagens a remo e canoa por horas, ou ainda andar quilômetros pelos caminhos ou estradas de chão até as escolas, muitas delas não tinham infraestrutura suficiente para atender a demanda local, e portanto, em algumas as aulas eram ministradas em barracões e casas comunitárias. A grande maioria de nossas comunidades quilombolas são atravessadas por uma realidade precária de acesso a uma educação de qualidade.

Cardoso (2023)², Mulher preta, quilombola de Moju Miri, professora e intelectual, traz

² CARDOSO, Andréa. E. Cardoso, 2023. Quilombola e Petencostal: a construção de um diálogo como um valor pedagógico no Território de Moju Miri (PA). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2023. 100 f. : il.

em sua pesquisa a importância e a necessidade de um ensino emancipatório, que considere os contextos sociais presentes nas comunidades. E ainda nos leva a refletir que esse modelo de ensino desejado para os territórios e comunidades tradicionais só é possível quando levamos em conta o nosso processo histórico de luta e resistência, e para que consigamos nos ver representados em um cenário educacional não colonizador é necessário modificar as bases curriculares da educação atual.

Além da infraestrutura precária, muitos adolescentes e jovens precisavam sair cedo de suas casas para chegar no horário das aulas, o que afetava a realização de algumas refeições do dia, que não eram feitas, e conseqüentemente, prejudicando o aprendizado de alunos e alunas, onde nem sempre havia merenda nas escolas que pudesse suprir a refeição não feita em suas casas. Esse cenário ainda é vivido em muitas de nossas escolas dentro das comunidades que, apesar de algumas melhorias, ainda assim, continuam sem o mínimo que garanta a estrutura alimentar necessária ao aprendizado efetivo de alunas/os.

Outra alternativa para o acesso a aulas antigamente seria o deslocamento para a cidade sede do município de Abaetetuba, porém esta possibilidade não estava na realidade de muitas das famílias da comunidade, devido aos custos de vida na cidade serem altos e muitas vezes inviáveis. Desta forma, para muitas pessoas das comunidades a alternativa era desistir dos estudos e ir ajudar seus pais no sustento da família.

A minha inserção no ensino superior ocorreu no ano de 2018. A tão sonhada aprovação no vestibular aconteceu, através de uma política afirmativa específica para Indígenas e Quilombolas, o Processo Seletivo Especial para Indígenas e Quilombolas (PSE - I/Q). Fui aprovada no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Pará, no campus da cidade de Belém. No mesmo ano fui aprovada em um curso técnico de Segurança do Trabalho no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), porém optei por cursar a graduação em Ciências Biológicas, por acreditar que essa área se relaciona de forma mais direta com a minha vivência no quilombo e teria um retorno para a minha comunidade.

Por outro lado, chegar na aprovação do nível superior não foi fácil, foram anos tentando o Processo Seletivo normal da UFPA, além do PSE-I/Q, após reprovações as frustrações vinham e precisava lidar com elas. Ao concluir o ensino médio, no ano de 2015, tentei vestibular por três anos, mesmo compreendendo que eu não tive uma base educacional satisfatória, que é exigida nos vestibulares normais, onde muitos conteúdos são fundamentais para a realização da prova, e minha realidade era de uma pessoa que frequentou uma escola onde a falta de professores era constante (todos os dias praticamente), a carga horária das aulas eram reduzidas

pois os professores faziam o descolamento todos os dias da cidade para a comunidade, e portanto, o horário de retorno deles precisava ser pela metade da tarde. Mesmo com todos esses desafios continuei tentando o vestibular, e em um desses três anos tentando meus pais juntamente com minha madrinha, que também é minha irmã e tia, juntavam algumas economias e pagaram um cursinho pré vestibular para mim na cidade de Abaetetuba, e um curso de redação, que era feito juntamente com um outro curso gratuito oferecido na biblioteca pública do município.

No início do ano do cursinho eu ia para a cidade e voltava para a comunidade todos os dias, saía às 4h da manhã com meu tio que é marreteiro³ na comunidade e voltava às 11h50min com o freteiro. Por três meses fiz esse deslocamento diariamente de segunda a sábado, porém após o assassinato de um morador da comunidade em sua ida para a cidade de Abaetetuba durante a madrugada por ataques de piratas⁴, meus pais e eu ficamos com medo desse deslocamento, principalmente, o da madrugada devido o ocorrido, e assim passei a ficar durante a semana na cidade, na casa da minha madrinha e aos sábados retornava para casa.

De certa forma, a perda de um dos nossos da comunidade, e o medo vivido naquele ano, acredito ser 2016 ou 2017, até hoje é algo que minha família vive, pois meu tio ainda vive do seu trabalho de marreteiro, e à mercê da violência e da falta de segurança no município de Abaetetuba, mais especificamente, nas ilhas e ramais. Tal cenário de falta de segurança se repete por inúmeros territórios quilombolas do Brasil, onde infelizmente a segurança pública não chega em todos os cantos do país⁵.

E entre tantas idas e vindas, acompanhada da brisa do vento e dos respingos da água do rio Maratauíra no rosto logo cedo pela manhã, e pelo o barulho da maresia batendo no fundo dos “popopôs⁶”, eu seguia na companhia do “jovem senhor” de 60 anos - meu tio Léo. Há anos ele faz a mesma rotina, acordar às 4 horas da manhã, se arruma, pega sua garrafa de café, seus materiais de trabalho e sai em sua rabeta em direção à cidade sede do município em busca do “ganha pão de cada dia”⁷ para manter sua família. Este senhor também é responsável por fazer

³ Marreteiro é a pessoa responsável por transportar variados tipos de alimentos ou produtos dentro da comunidade.

⁴ Pirataria é um tipo de crime organizado que ocorre nas ilhas dos municípios, onde se tem assaltos a embarcações ou casas dos moradores das comunidades ribeirinhas e quilombolas. Muitas vezes esses ataques de pirataria acarretam mortes, como foi o caso do morador da minha comunidade.

⁵ Compreendo que este desafio na garantia de segurança pública e os contextos de violência dentro das comunidades merece uma discussão aprofundada, mas neste por não ser um ponto principal do trabalho ele será abordado em um outro momento, em um alargamento de cunho de artigo ou para a inclusão na pesquisa de doutorado.

⁶ Popopôs são os barcos a motor utilizados para fazer o deslocamento entre as ilhas e a cidade de Abaetetuba, ou se deslocar de uma comunidade para a outra. Os barcos recebem vários nomes, sendo popopôs, rabetas, bajaranas, batelões, rabudinhos etc.

⁷ Ganha pão é um termo local que se refere à aquisição de fonte de renda de uma determinada pessoa.

a conexão para a chegada do alimento na mesa de tantas outras famílias da comunidade, com a sua marreta⁸ de comida, que em sua maioria contêm peixes, carne, frango, legumes e verduras.

E nesse vai e vem, ali estava eu, pegando uma carona para conseguir chegar cedo na cidade de Abaetetuba, para assistir as aulas do cursinho e posteriormente, após a aprovação no vestibular, viajar por mais algumas horas até a cidade de Belém para assistir às aulas, da graduação e depois as do mestrado. As fotos a seguir exemplificam o deslocamento para Abaetetuba (figura 3 e 4) e de Abaetetuba para a comunidade (figura 5) realizado por mim juntamente com meu tio em seu ofício de trabalho (marreteiro).

Figuras 3 e 4- Nascer do sol no rio Marataúira



Fonte: Priscila Torres, 2024.

⁸ Marreta é o ofício utilizado para comercializar produtos na comunidade que são usados na alimentação, como peixes, carne, frango, açaí, verduras, legumes, frutas, pães etc e combustíveis, como gasolina e óleo diesel.

Figura 5- Marreta de peixe



Fonte: Priscila Torres, 2024.

Em um cenário de muita precariedade para o acesso à educação, eu consigo ser a sétima da minha família extensa e a segunda das filhas dos meus avós a cursar o ensino superior, e a primeira a estar em um curso de pós-graduação em nível de mestrado. Feitos esses que são coletivos, pois para que eu chegasse até a universidade houve muitas mãos que me ajudaram, principalmente as de minha família, além das lutas, sangue e dor dos meus antepassados que conseguiram com muita resistência que pudéssemos acessar o ensino superior público, assim como outras políticas públicas que acessamos atualmente, ainda que poucas, mas seguimos avançando na luta através do movimento coletivo.

A mudança de rotina e vida iria acontecer novamente, pois eu já tinha feito o movimento anteriormente de saída da comunidade para frequentar as aulas do cursinho pré vestibular. E novamente eu tive que mudar para a cidade grande para cursar a graduação e foi então que eu percebi o quanto a minha rede de apoio familiar e comunitária me preparou para muita coisa e foi crucial naquele momento, mesmo aprendendo diariamente com as formas de viver na cidade grande. Tal processo foi difícil e doloroso, pois eu nunca tinha morado longe da minha família,

e por mais que não parecesse, eu era muito apegada ao meu convívio familiar, onde todas as tardes a casa ficava cheia para a tomada do cafezinho da tarde, com rosquinha, pupunha ou pão de tapioca.

Além disso, nos primeiros meses eu não conseguia retornar à comunidade todos os fins de semana devido ao custo de passagens, logo eu não tinha condições financeiras que pudessem custear essas despesas, então me restava retornar de 15 em 15 dias para casa e rever minha família.

Outro fator que tornava esse processo difícil era a quantidade de conteúdos do curso, e por várias vezes ouvir professores falarem “você já viram isso no ensino médio, então é fácil de assimilar”, mas não procuravam nem sequer saber se de fato todos tinham tido contato com aquele conteúdo. Eu, que vim de uma escola pública do interior onde há uma precariedade no ensino e defasagem de professores/as, muitos conteúdos que eram mencionados pelos docentes na graduação eu nunca tido contato, e em alguns casos eu sentia que aquela angústia com tais falas não eram somente minhas, mas também de uma grande parte da turma. Por sorte ou destino tive uma turma muito acolhedora e meus colegas sempre se ajudavam nas dificuldades com relação aos conteúdos do curso, o que tornou por vezes o processo menos doloroso e desafiador.

Ao iniciar o semestre na graduação as expectativas eram enormes, porém os desafios eram muito maiores. No primeiro ano de curso parecia que nada fazia sentido e não tinha nada a ver com o que eu almejava para a minha vida profissional e comunitária, eu sempre me fazia a pergunta, como vou retornar para a minha comunidade após formada e contribuir com ela? Nesse momento eu já tinha ciência que não poderia retornar após a formação e dar aulas nas escolas da comunidade pelo fato de não estar cursando um curso de licenciatura. Ademais, eu compreendi na vivência do curso que a pesquisa no Brasil não é tão valorizada e, portanto, eu não tinha noção naquele momento em como atuar enquanto pesquisadora dentro da comunidade.

Essas preocupações e frustrações aumentavam com as dificuldades de permanência no curso devido a questões financeiras, pois dependia unicamente dos meus pais, familiares e do programa do bolsa família, e no cenário político daquele ano de 2018, o Programa de Bolsa Permanência (PBP)⁹ criado pelo Ministério de Educação (MEC) não abriu novos cadastros. Esse Programa é essencial para a nossa permanência nas universidades, sendo assim, essas questões também afetam diretamente nosso aprendizado e avanço no curso.

⁹ É um programa criado pelo Ministério de Educação (MEC) que visa minimizar as desigualdades sociais, e étnico-raciais contribuindo na permanência de estudantes indígenas e quilombolas em vulnerabilidade socioeconômica em cursos de nível superior em instituições federais.

O longo período, de praticamente de 6 anos, vivendo na cidade grande durante a semana e retornando para o aconchego da minha comunidade – quilombo - e da família aos finais de semana , reflete o quanto é árdua a caminhada longe dos meus, em um local onde tudo é diferente do que somos acostumados a viver diariamente, desde a forma de se alimentar, até a dinâmica de organização que a sociedade hegemônica vive nos grandes centros urbanos. Todo esse contexto nos atravessa, seja de forma positiva ou negativa, uma vez que nem sempre somos bem recebidos e aceitos nos espaços acadêmicos, e nas cidades, portanto, é um processo desafiador, mas necessário.

Ao chegar na metade do curso de graduação, o mundo se deparou com uma pandemia, onde estabelecimentos, escolas, universidades, entre outros foram fechados e suas atividades interrompidas. O mundo começou a presenciar uma série de mortes, inicialmente sem saber o que fazer para conter a situação desastrosa instaurada, barreiras de contenção a proliferação do vírus foram criadas, lockdown, isolamento etc. Após quase dois anos algumas medidas vão sendo planejadas e tomadas para que o mundo voltasse a suas atividades ao mais perto do normal, pois era difícil tudo voltar à normalidade após o episódio vivido, e foi então que as universidades adotaram o ensino remoto, e durante um tempo milhares de estudantes assistiram aulas em tal formato, no meu caso foi 1 ano e 6 meses, e os últimos 6 meses do curso foi realizado em formato híbrido, onde aulas teóricas eram no formato online e as práticas presencialmente, mas tomando todas as medidas de segurança recomendadas pela OMS (Organização Mundial da Saúde).

Nesse período em que as aulas eram oferecidas no formato online nem sempre era possível assistir e participar, pois a internet utilizada no território era e ainda é estável, sem contar com a precariedade no serviço de energia elétrica oferecido pela empresa Equatorial, que por diversas vezes deixa as comunidades em total apagão por dias e até semanas. Apesar desse cenário ocorrido na pandemia, com relação ao acesso às aulas remotas, que sem dúvida foi dificultoso, muitos de nós quilombolas conseguimos finalizar nossos cursos de graduação e seguir nossas vidas profissionais, acadêmicas e coletivas.

Em meio a esse período sombrio, que foi a pandemia da COVID-19, alguns membros da minha família contraíram o vírus, e logo iniciaram o tratamento com os remédios sintéticos receitados pelos médicos que os atenderam, mas também foram utilizadas durante o tratamento dos que testaram positivo para a COVID-19, como também na prevenção dos demais membros muitas ervas e plantas medicinais.

Ao ter contato com minha tia que testou positivo, precisei ficar isolada com ela e os demais membros da família dela durante o período chamado de quarentena. Voltar para casa

não foi cogitado por nossos pais serem idosos, e nossa mãe hipertensa, e assim sendo do grupo de maior risco. No tempo de recuperação da minha tia eu ajudava meu tio nos cuidados e medicações, fazíamos os remédios caseiros que nossas famílias e as remedeiras da comunidade nos recomendaram a utilizar, além disso muitas pessoas da comunidade que sabem fazer os remédios caseiros nos mandavam para o uso. Com o passar dos dias meus primos começaram a apresentar alguns sintomas da doença e foi quando decidimos que todos que estavam na casa, um total de 5 pessoas iriam utilizar os remédios caseiros para o tratamento e prevenção.

Outras pessoas da nossa família faziam a rede de apoio para que os remédios e alimentos chegassem até nós, uma vez que não tínhamos como sair e colocar em risco as pessoas da comunidade. Vale ressaltar que todas as medidas de proteção eram tomadas (uso de máscaras, luvas, distanciamento, higienização dos alimentos e objetos, uso de álcool e etc). Essa rede de apoio familiar naquele episódio foi fundamental para a recuperação das pessoas da casa, cabe ressaltar que visualizo essa rede de apoio com muita frequência quando se trata das plantas medicinais utilizadas na comunidade, onde as mudas das espécies vão circulando entre as pessoas do território conforme a necessidade de alguém da li, para além das mudas há também muitas vezes a circulação dos próprios remédios caseiros feitos que são dados para quem está precisando.

Ainda nesse período frágil e turbulento nossa família passou pela perda de nosso pai – meu pai e avô – e foi então que ficamos “sem chão e rumo”, pois parecia que nada faria mais sentido, a dor se tornou ainda maior, pois nem todos nós conseguimos nos despedir do nosso querido velhinho de cabelo branco e grisalho – Mário Quaresma, como era conhecido. O Paysanduista mais fanático do Itacuruçá, o nosso alicerce, nosso amigo de tantas risadas e piadas que deixava-nos em êxtase a cada história que ele nos contava, sobre seus pais, sua história e vivência, sobre a formação de nossa família e sobre nossa comunidade.

Retomando alguns aspectos do cotidiano e trajetórias da graduação, o curso de Ciências Biológicas possibilita uma ampla visão sobre o estudo da vida, e possibilita qualificar profissionais capacitados para atuar nas áreas de pesquisa, extensão e ensino superior e que sejam conscientes do seu papel na formação de cidadãos sob a visão científica, ambiental e social, buscando sempre o aperfeiçoamento pessoal e profissional por meio das atividades acadêmicas. Hoje essa percepção é clara para mim, mas foi difícil entender esse contexto novo com o qual me deparei.

No decorrer da graduação, inúmeros eixos temáticos são abordados, entre eles estão seres vivos e meio ambiente, biodiversidade, vivência pré-profissional, entre outros, tornando o conhecimento científico complexo e enriquecedor. Contudo, eu enquanto quilombola

graduanda do referido curso, muito demorou para que eu pudesse correlacionar os eixos temáticos do curso com a minha realidade vivida no quilombo, e mesmo tendo uma área específica (a botânica), dentro da grade curricular do curso, era algo distante por exemplo dos saberes que vêm da floresta através das ervas e plantas medicinais, pois o que se tinha era o ensino mais bruto da botânica e que não trabalhava uma inserção diferenciada, que valorizasse os saberes dos discentes oriundos dos povos e comunidades tradicionais, como eu que buscava uma área mais específica como a de plantas medicinais, ou algo relacionado aos conhecimentos tradicionais do quilombo.

Por mais que eu não tivesse no espaço acadêmico um contato maior e amplo sobre as plantas medicinais, essa foi a temática que gerou o meu Trabalho de Conclusão de Curso, pois tal relação é tecida pela minha ancestralidade enquanto quilombola. E como citado anteriormente, o curso forma cidadãos conscientes e de atuação científica, ambiental e social, e foi então que, a partir desse conhecimento acadêmico somado ao meu conhecimento tradicional, começou o meu despertar para uma perspectiva política dentro do território do qual faço parte.

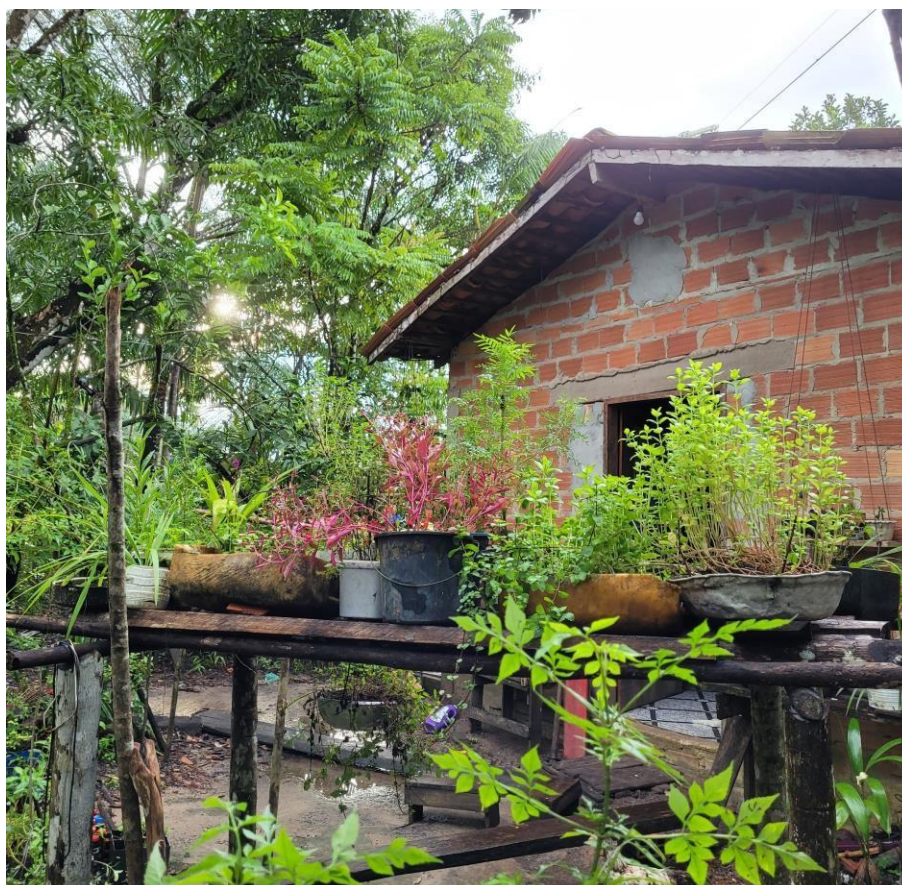
Durante a pandemia, onde tudo era muito desconhecido por todos, quando chegavam aos hospitais em busca de atendimento e era testado positivo a infecção pelo vírus, muitos remédios eram receitados, porém nem todos eram acessíveis de serem comprados. Diante disso, e de outros fatores, como o estigma para com a pessoa que era testada como positivo, muitas pessoas dentro das comunidades afastadas dos centros urbanos não iam até a cidade para realizar o teste, mesmo apresentando os sintomas da doença. Nesse contexto, se tornou quase uma regra o tratamento e prevenção com remédios caseiros, feitos a partir do saber ancestral das comunidades tradicionais e dos recursos naturais disponíveis (Torres, *et al.*, 2021), bem como com fármacos comprados em farmácias.

Mesmo entendendo que no período da pandemia há uma evidência enorme sobre a importância da minha relação com ervas e plantas medicinais, essa relação é tecida durante minha vida toda, que impulsiona a relação com a natureza e nesse momento passo a entender a relevância desse conhecimento ancestral que foi deixado pelos nossos mais velhos e que se perpetua até os dias atuais, mas que está sendo menos acessado, principalmente pelas gerações mais novas do quilombo.

Durante minha infância, quando juntamente com minhas primas e primos, usávamos as partes das plantas de flores, das árvores da floresta que nos cercavam, e ainda nos cercam,

das plantas utilizadas para o preparo de remédios caseiros do tendal¹⁰, também chamado de jirau¹¹, de nossa avó, ou de nossas mães e tias, como comidas e bebidas em nossas brincadeiras, evidenciava o laço forte e ancestral com os recursos naturais do nosso entorno. Mas, a pergunta que se estabelece é sobre o que isso tem a ver com a temática de pesquisa de uma dissertação de mestrado? Pois bem, o relato acima, reflete uma vivência experienciada por muitas pessoas que vivem e resistem nas comunidades tradicionais – indígenas, quilombolas, ribeirinhos, e tantos outros, esse contato com a natureza e tudo que nela habita (seres imaginários, míticos, humanos e não humanos) para nós, povos da floresta, é ancestral, é uma parte da nossa construção enquanto coletivo que habita esses espaços.

Figuras 6 - Jirau de moradores da comunidade do Baixo Itacuruçá



Fonte: Priscila Torres, 2023.

¹⁰ Tendal é uma estrutura feita de madeira ou de árvores da palmeira do açaí, chamado popularmente como açazeiro, utilizado para colocar os vasos e vasilhas do cultivo de ervas e plantas medicinais usadas para fazer os remédios caseiros das famílias da comunidade do Itacuruçá.

¹¹ As fotos a seguir mostra uma experiência de modelos de jiraus ou tendais que existem nos quintais das casas dos moradores das comunidades do Itacuruçá.

Figura 7- Jirau de moradores da comunidade do Alto Itacuruçá



Fonte: Priscila Torres, 2023.

Nesse despertar eu fiz o meu Trabalho de Conclusão de Curso, no qual identifiquei 78 plantas medicinais utilizadas pelas pessoas moradoras da comunidade do Baixo Itacuruçá, e destas, onze (11) foram as mais citadas com utilização mais frequente. Os dados evidenciaram a sabedoria ancestral do povo quilombola, que através da oralidade perpetua essa sabedoria e conhecimento de forma geracional secularmente. Outro dado importante a ser mencionado que foi constatado, refere-se ao fato de que na maioria das residências da comunidade há o cultivo dessas plantas ou de outras plantas que são essenciais para a vida da família e do meio ambiente, e esse cultivo e cuidado são feitos majoritariamente por mulheres, sendo assim os dados evidenciam o papel fundamental na resiliência climática que as famílias quilombolas exercem.

Foi após esses episódios que cheguei a Pós-graduação como irei descrever detalhadamente no tópico a seguir.

A Pós-graduação: mestrado

Em meio à indecisão de continuar longe da família e da comunidade, e continuar estudando, em 2023 tomo a iniciativa de me inscrever em um edital para concorrer a uma vaga de mestrado, e por mais que a indecisão e o medo fossem grandes, eu queria muito me permitir avançar no meio acadêmico, na pesquisa e ampliar os meus conhecimentos. Contudo, por muitas vezes duvidei da minha própria capacidade de alcançar e realizar coisas novas, e não

consegui me dedicar o suficiente para realizar uma boa prova da seleção do mestrado em Ensino de Ciências Ambientais (PROFICIAMB/UFPA).

Foi a partir de vivências e experiências no grupo de pesquisa em Ecologia Humana, Natureza e Povos Amazônicos (EHNAPAM) coordenado pela professora Voyner Ravena-Cañete, que considero ser apaixonada pela Antropologia, que naquela época era minha orientadora de TCC na graduação e com quem continuo junto nessa jornada no mestrado, que passo a ter contato com a Antropologia. E somado ao incentivo de familiares e amigos resolvi tentar pela segunda vez concorrer ao processo seletivo para mestrado, e dessa vez através de um Processo Seletivo específico para Indígenas e Quilombolas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFPA (PPGSA/UFPA), e novamente eu sou fruto de políticas de ação afirmativa, política essa de suma importância para o acesso aos cursos de pós-graduação, assim como foi para a inserção no ensino superior.

Certa de que eu não tinha mais a indecisão, pois eu sabia que era isso que eu queria, o medo e a angústia ainda afluíam, pois eu vinha de uma outra área de formação, a das Ciências Biológicas, e iria trilhar um outro caminho na Ciências Humanas, mas que para mim naquele momento fazia mais sentido do que seguir na minha própria área de formação. E hoje eu me encontro na Antropologia como nunca me encontrei na Biologia, por incrível que pareça, sinto que o processo precisava ser como foi para eu chegar até onde estou atualmente, vivendo a academia e possibilitando novos conhecimentos ao meu povo.

A chegada ao mestrado me causou medo, aflições e inseguranças, e esse processo doloroso é comumente entre nós pesquisadores e intelectuais racializados, que por muito tempo tivemos nossas pesquisas, nossas formas de pensar e vê a sociedade de um outro ângulo que não seja o imposto pelo colonizador, como de menor importância e relevância. Esses processos denotam o racismo estrutural, racial e científico que é afluído o tempo inteiro em espaços que são de disputa, principalmente por poder como nos bem aponta Grada Kilomba (2019). A academia é um espaço de inúmeras disputas para nós enquanto quilombolas, ela tem nos forçado a escrever, contudo nossas escritas, vivências, ciência, conhecimentos tradicionais e tecnologias ancestrais, ou ditos empíricos são muitas vezes invisibilizados.

Me questiono muitas vezes, que mesmo produzindo ciência dentro desse espaço acadêmico que é colonial e racista, ainda assim somos invisibilizados e todo tempo questionados se merecemos estar ocupando tal espaço. Contudo, eu compreendo que o meu lugar de fala e pertença não me deixa ser uma pesquisadora quilombola, mas sim uma quilombola pesquisadora, e isso é incômodo, é desconfortável para o colonizador. Pois, buscar discutir, pesquisar e fazer ciência a partir de uma linha orgânica que foge a tênue que sempre é

esperada na ciência ocidental, considerando que o saber tradicional e acadêmico podem estar juntos tornando-os saberes válidos é ato de enfrentamento e visto até como rebeldia nossa. E de certa forma, é válido ser um ato de rebeldia nossa, pois só assim conseguiremos avançar na reconfiguração de uma ciência plural.

Mesmo diante de processos, muitos deles dolorosos, o mestrado me possibilitou um leque de oportunidades, dentre elas de atuar em dois projetos no território ao qual sou pertencente, e um deles desenvolvendo trabalho voltado para a temática de pesquisa do mestrado. Tendo que conciliar as aulas das disciplinas, pesquisa e trabalho comunitário, muitas vezes precisei abrir mão de algumas atividades na comunidade, e outras no mestrado, e esse processo me fez enxergar com maior destreza e fidelidade que produzir pesquisas dos nossos quilombos a partir do nosso olhar enquanto quilombola é romper com a estrutura colonial da academia. É esse o caminho a seguir.

Nesse processo de pós-graduação eu precisava mais ainda estar na comunidade, principalmente nos fins de semana em que ocorriam as atividades dos coletivos em que eu estava enquanto coordenadora, e que de certa forma integravam o meu campo da pesquisa, e esse vai e vem para a comunidade me traziam muitos pensamentos. Muitas vezes eram tardes ensolaradas, outras eram chuvosas, seja no verão ou inverno amazônico lá eu estava novamente no barquinho azul e vermelho, branco e verde, com coberturas de zinco e madeira para amenizar a exposição aos raios solares, mas que ainda assim, nos deixa em contato com a brisa do vento e o gotejar da água do rio Maratauíra indo para a comunidade.

Viajando e flutuando rumo ao destino mais esperado de uma menina sonhadora que há mais de 6 anos faz esse mesmo percurso várias vezes por um trajeto cansativo, mesmo que por poucas horas. Mas, saber que eu estava indo ao destino mais esperado depois de uma semana corrida e às vezes exaustiva de estudo, era o que me deixava extremamente feliz, pois eu sabia que era ali que eu carregava minha força, descansava o corpo e a mente, encontrava o bem viver que tanto almejo na vida. Naquele tão esperado destino era onde eu queria poder estar todos os dias com as mesmas oportunidades de estudo que eu tenho no meio do caos da cidade grande.

Ver as casas entreabertas, com a vista para o rio que guia toda a circularidade da vida daquele lugar que é um magnífico ponto de encontro dos que ali estão todos os dias e dos que por algum motivo longe dali se encontram; e pensar que a ancestralidade une tudo isso em belos reencontros calorosos e cheios de risos e afeto é o que eu espero compartilhar naquele lugar longe do mundo que come dinheiro como diz Ailton Krenak (2020).

Após a matrícula no mestrado submeti meu pré projeto de dissertação a um edital para política afirmativa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível

Superior), que ofertava bolsas de mestrado e doutorado, e felizmente fui aprovada, logo iniciei o mestrado sendo bolsista. O projeto tinha como título Ensino, pesquisa e extensão com foco em direitos culturais, gestão territorial e desenvolvimento em comunidades quilombolas, que envolve quatro programas de Pós-graduação do Brasil em três Instituições de ensino, sendo dois PPGs no Estado do Pará, um no Rio Grande do Norte e um no Centro Federal de Educação Técnica Celso Suckow da Fonseca. É importante ressaltar que tal política afirmativa garantiu que eu pudesse acessar os espaços acadêmicos e permanecer nele.

A princípio este trabalho pretendia visualizar estratégias de inserção em políticas públicas referentes à temática de saberes tradicionais de ervas e plantas medicinais nas comunidades quilombolas do Itacuruçá, localizado no município de Abaetetuba, estado do Pará. Após o contato com o edital da CAPES precisei inserir a categoria patrimônio cultural para investigação, contudo com o passar dos meses e das atividades em campo, a categoria patrimônio não foi acionada, e foi necessário a retirada¹².

Uma atuação política foi mais fortemente evidenciada e fortalecida após adentrar na Pós-graduação, o que gera a organização e criação do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, que a partir das percepções sobre a importância dos conhecimentos tradicionais, os quais compõem minha própria trajetória e compreensão de mundo, e das mulheres que atuam no coletivo, nos demos conta da importância, relevância e caráter político desses saberes para a comunidade, o resguardo do conhecimento associado ao uso de ervas e plantas medicinais, uma vez que os conhecimentos tradicionais tecem nossos modos de vida, ancestralidade e bem viver.

A atual pesquisa traz consigo um acúmulo de vivência, experiência, investigações, inquietações, r-existência e a ancestralidade¹³ do meu povo quilombola para pensar novas formas de escritas e estratégias de acesso a políticas públicas pensadas por nós mesmos - quilombolas - contrapondo o modelo ocidental de se fazer pesquisa, e de construir políticas públicas pensadas pelo grupo hegemônico. As nossas escritas, escrevivências e pesquisas, que são produzidas por nós e com os nossos precisam subsidiar de fato um modelo contra colonial¹⁴,

¹² A temática sobre patrimônio cultural foi inserida na pesquisa a princípio como adequação ao edital da CAPES, e posteriormente eu me aprofundar sobre o assunto, contudo há uma complexidade enorme sobre patrimônio cultural que no decorrer do mestrado não foi tão compreendido por mim, o que impossibilitou a ser trabalhado, porém essa temática poderá ser trabalhada e aprofundada na pesquisa de doutorado.

¹³ Aqui trato a ancestralidade como um aspecto construído de um conhecimento geracional que vem a partir de relações de afetos, de histórias pessoais, de coletividade, de laços familiares, do pertencimento, do envolvimento, da memória e oralidade, mas me deterei mais adiante sobre a ancestralidade.

¹⁴ Um modelo de produção de conhecimento que valide todas as formas de pensar os saberes como dinâmicos, levando em consideração a diversidade de vozes presentes nos espaços acadêmicos. Me deterei de forma mais detalhada nesse conceito mais adiante nesta dissertação.

fomentando e ressignificando a efetivação de políticas públicas equitativas e igualitárias que considerem os nossos contextos, sociais, culturais, identitários e ambientais.

Pensando nesse movimento de fortalecimento político, com o qual sou atravessada, o meu Trabalho de Conclusão de Curso me despertou o entender que nossos corpos enquanto sujeito quilombola é político o tempo todo. Eles estão em movimento em nosso território, mas em outros territórios também, pois é através dos lugares nos quais estamos inseridos que podemos contrapor as desigualdades que enfrentamos há séculos. Estar enquanto sujeito acadêmico, mas também enquanto sujeito quilombola, é um ato de resistência ao sistema opressor dessa sociedade. E apesar da academia ser um espaço nosso por direito, ela não foi criada para nós, permanecer e ascender nesse espaço é sem dúvida um ato político.

Krenak (2020) aborda em seus textos entre tantas outras abordagens, que a lógica desenvolvimentista passa por cima de qualquer pessoa dessa humanidade para conseguir o avanço do tal progresso, um progresso que na minha concepção enquanto quilombola que vivencia diversas violações impostas pela lógica capitalista é um movimento que custa caro quando chega nos territórios tradicionais, pois de certa forma quando chega traz consigo primeiramente o vislumbre de desenvolvimento que gera emprego, melhoria na condição de vida das pessoas e geração de renda, porém, é preciso entender os malefícios que são ocultos pelas narrativas desses grandes empreendimentos, que após a sua implantação o que ocorre é a destruição das florestas, poluição de solos e rios, insegurança alimentar, modificações de modos de vida local, violências, mortes, tráficos de drogas entre tantos outros perigos impostos aos nossos territórios que vem amarrados ao tal progresso.

Nesse sentido esta pesquisa traz a seguinte pergunta norteadora: como os conhecimentos associados para acesso e uso de ervas e plantas medicinais figuram como estratégia de enfrentamento às pressões da sociedade do entorno e resiliência diante às mudanças sobre o território quilombola do Itacuruçá? Tal pergunta se correlaciona ao conjunto de outros viéses políticos para a garantia de políticas públicas socioambientais e territoriais a serem acessadas pela comunidade local, uma vez que as pressões se intensificam cada vez mais, desde o avanço do agronegócio, com a Mercurius S.A - Fazenda Pontilhão - passando pelo mercado externo do capitalismo, com o crédito de carbono e o monocultivo de dendê, chegando nas questões climáticas.

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como os conhecimentos associados para acesso e uso de ervas e plantas medicinais figuram como estratégia de enfrentamento às pressões da sociedade do entorno e resiliência diante às mudanças socioambientais sobre o território quilombola do Itacuruçá?

Para tal objetivo geral traçou-se os seguintes objetivos específicos: descrever os conhecimentos tradicionais de ervas e plantas medicinais por conta das pressões sobre o território quilombola de Itacuruçá; descrever as estratégias de enfrentamento ao apagamento do conhecimento tradicional vinculado às práticas ancestrais relacionados a ervas e plantas medicinais da comunidade do Itacuruçá; registrar o conhecimento tradicional de ervas e plantas medicinais para acessar outras formas de políticas públicas relacionadas a direitos culturais.

Diante do exposto, esta dissertação apresenta-se dividida em dois capítulos, a contar com esta introdução, onde descrevo as minhas travessias enquanto sujeito quilombola, assim como o percurso metodológico utilizado na pesquisa. O primeiro capítulo reconta o cotidiano do Baixo Itacuruçá a partir do olhar de uma pessoa que mora e vivencia tal cotidiano. No segundo capítulo trago a etnografia do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, com seu processo de construção coletiva, atividades realizadas, dificuldades e possibilidades futuras sobre o acesso e uso de ervas e plantas medicinais, atreladas às formas de cuidado e cura através também de políticas públicas. Finalmente trago as considerações finais obtidas com a pesquisa.

Percurso Metodológico

Gostaria de iniciar a descrição do trilhar desta pesquisa apontando algumas mudanças e contextos os quais foram alterados no decorrer do trabalho. Inicialmente a pesquisa pretendia abordar a temática dos saberes e uso de ervas e plantas medicinais enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, a fim de realizar o registro desses saberes utilizados no território quilombola do Itacuruçá. Contudo, ao decorrer das etapas da pesquisa o foco foi se remoldando e reformulado, e optou-se pela retirada da investigação sobre patrimônio cultural e apenas fazer menção de como os caminhos percorridos que são atravessados pela temática do patrimônio no mestrado me possibilitam pensar em realizar uma discussão mais aprofundada no processo de doutorado. E por esse motivo foi realizado também na bibliometria a categoria do registro de tal conhecimento a ser trabalhado, na perspectiva de patrimônio cultural imaterial, mas que não obteve achados nas plataformas (SciELO e repositórios da Capes) selecionadas para revisão.

Como já mencionado anteriormente, minha formação é em Ciências Biológicas, uma ciência mais dura que foge do contexto da atual ciência na qual me encontro. Contudo, compreendo que mesmo enquanto Bióloga de formação, tive experiências práticas de ações de extensão enquanto pesquisadora na área da Ciências Humanas, sem me dar conta produzi minha pesquisa de TCC a partir de um método etnográfico, o qual encontra seu lastro principalmente na Antropologia. E ao ter contato com a literatura de Shah (2020), Uriarte (2012), Malinowski (1986), Peirano (2014), entre tantas outras na pós-graduação de Sociologia e Antropologia,

passo a compreender o que estou fazendo agora nesta pesquisa de mestrado.

O fazer antropológico como ato político me faz repensar as várias formas de agregar ferramentas para enfrentar as lutas pelos direitos do povo quilombola, uma vez que vivenciamos um cenário onde nossos direitos são violados constantemente, interligar o ato político e social com o fazer antropológico para mim é revolucionário, pois possibilita minha atuação nos inter lugares onde estou (Quilombo- Universidade).

A presente dissertação se caracteriza como uma pesquisa de cunho qualitativo, se debruçando inicialmente em uma pesquisa bibliográfica e documental acerca da historicidade da comunidade *locus* da pesquisa a fim de contribuir no registro das vivências do povo quilombola do Itacuruçá e sobre a temática foco do estudo. Enquanto sujeito integrante do povo quilombola, especialmente, do quilombo *locus* desta pesquisa, não somente faço parte do meu campo, como sou o meu próprio campo, e portanto, “ele não tem um momento certo para começar e acabar” (Peirano, 2014). Pelo estudo emergi de uma vivência cotidiana, de uma vida tecida no chão do quilombo. Sendo assim, farei uma etnografia do meu próprio território, onde sou juntamente com meus pares, os sujeitos da pesquisa.

Pensando em como construir uma análise sobre a historicidade do quilombo de Itacuruçá, busquei trabalhos produzidos relacionados ao referido território, contudo compreendendo a importância de ler e citar os próprios quilombolas que estão produzindo também dentro da comunidade, achei de maior valia ler e compreender as pesquisas realizadas pelos próprios moradores da comunidade, que a partir do seu olhar sensível e familiar começam a descrever a sua história e seu cotidiano a partir dos lugares o quais se encontram (graduação, pós-graduação e etc).

Pensando no fazer antropológico a partir da etnografia uso as percepções que Clifford (2011) ao realizar a desconstrução das etnografias clássicas em seu trabalho e abordando outras formas de realização do método etnográfico, onde os olhares, vozes e conhecimentos de seus interlocutores pudessem ser inseridos. Partindo desse pressuposto me debrucei na realização de um dos tipos de etnografias propostos pelo autor citado anteriormente (James Clifford), a etnografia colaborativa, que possibilita a inserção de novos olhares e vozes, que contribuem na escrita da/o pesquisadora/o. O método possibilitou a inserção dos olhares e vozes coletivas dos participantes do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, e de novas epistemologias a partir de olhares de uma diversidade de sujeitos que detém conhecimentos plurais e que contribuem para a produção científica.

Todo saber é produzido a partir de um lugar - social, cultural, histórico e político - tal qual a observação participante no fazer antropológico, este tende a contribuir com esse fazer de

conhecimentos, que tensionam ou causam rupturas, principalmente, nas formas de poder regidas nas sociedades (Donna Haraway, 1995). A Antropologia além de revolucionária, pode ser uma forma de democratizar todos os tipos de conhecimento que são produzidos por nós enquanto pesquisadoras/es e intelectuais que vimos e falamos dos mais variados lugares dessa sociedade.

Para Brandão (2007), o trabalho de campo de uma pesquisa antropológica é uma vivência, a partir do estabelecimento de relações produtoras de conhecimentos de diferentes atores. E ainda com base na leitura do texto do autor ressalto a importância de uma pesquisa participativa, que para ele é uma pesquisa que “vai falar em envolvimento pessoal do pesquisador com as pessoas, com o contexto da pesquisa e assim por diante, como dados do próprio trabalho científico” (Brandão, 2007. p.12). Eu, enquanto pesquisadora moradora da comunidade do Baixo Itacuruçá, possuo essa relação de envolvimento pessoal, social, político e comunitário com meus pares, e assim tendo uma sensibilidade diferenciada para problematizar e compreender as diversas camadas do meu contexto de pesquisa.

Por este trabalho se tratar de uma continuação do que trabalhei no meu TCC, cujo título já foi mencionado anteriormente, trago um acúmulo de dados produzidos em campo que usaram como técnica de pesquisa a observação participante, a qual me possibilitou o olhar e ouvir aprofundados sobre os diversos contextos que eram evocados no campo da pesquisa, além da própria memória para escrever esta dissertação. Parto do pressuposto do autor Roberto Cardoso de Oliveira (2000) em seu texto intitulado “O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever”, onde ele aponta que cada momento pode aumentar a eficácia do trabalho antropológico, ao possibilitar através do olhar e ouvir as reflexões dos dados empíricos do campo, e que posteriormente serão essenciais para cunhar um referencial do conhecimento o qual possibilita interpretações contextualizadas sobre a realidade social, cultural e política.

O uso da oralidade pelos povos tradicionais é fortemente marcante em seu processo cotidiano, já nos dizia Nêgo Bispo que nós somos o povo da oralidade e da circularidade, e é através dessa oralidade que circula em nosso cotidiano que na memória se faz essencial. Rememorar a nossa história nos permite nunca esquecer o lugar de onde viemos e quem é nossa gente (Oliveira et al, 2023), e portanto, rememorar os dados do campo neste trabalho me permite a redação do trabalho trazendo fatos do passado (Oliveira, 2000).

A oralidade é um dos alicerces na transmissão geracional, dos conhecimentos tradicionais, na organização cotidiana das comunidades, na comunicação local e social, sendo indispensável para o registro dos dados desta pesquisa. Conceição Evaristo (2014; 2020) traz a importância da oralidade, ancestralidade, historicidade e identidade das próprias narrativas do

povo negro, e desperta em autoras/es negras/os a possibilidade de reconfigurar novos cunhos metodológicos importantíssimos de serem adotados nas pesquisas acadêmicas. E portanto, através da oralidade e memória dos mais velhos que grande parte das atividades que integram o campo deste trabalho se guiaram. Foi ouvindo os mais velhos e os mais novos que foram compartilhados os conhecimentos tradicionais sobre ervas e plantas medicinais.

Ainda sobre as técnicas utilizadas neste trabalho trago a autora Shah (2020) que aponta que a “observação participante é uma práxis revolucionária” (Shah, 2020, p. 376), através do olhar imerso nos faz repensar nossos próprios pressupostos de ver o mundo, e de olhar as interações da vida cotidiana das/os nossas/os interlocutoras/es. De tal forma que penso a Antropologia como revolucionária, a observação participante junto a uma antropologia situada gera tensionamentos teóricos importantes a serem considerados nos modos de produção de conhecimentos no mundo.

A observação participante, é um método que permite uma compreensão mais aprofundada e contextualizada da vida cotidiana das “comunidades estudadas” (Malinowski, 1986). O autor ressalta que esse meio de abordagem coloca desafios e restrições como o acesso a certos aspectos culturais, uma vez que, o campo e seus agentes sempre dão ao pesquisador o que ele quer e por vezes de forma selecionada, mesmo havendo essa imersão no cotidiano (vida política, social e econômica) do interlocutor (Silva, 2000). Entretanto, eu ser pertencente ao local da pesquisa, facilitou a dinâmica de acesso aos dados, mas não descartou de imprevistos acontecerem.

No decorrer das atividades do coletivo e das leituras feitas no mestrado eu começo a compreender que, enquanto sujeito quilombola pesquisadora seria quase impossível fazer o movimento de distanciamento do meu objeto de pesquisa e apenas observá-lo, uma vez que o meu próprio campo possibilita eu ser afetada¹⁵ pelas minhas vivências e experiências cotidianas enquanto coordenadora do coletivo Mãe Preta e participante ativa nas rodas de conversas, oficinas e demais ações do projeto, e que me possibilitou compreender que era a partir desses episódios que haveria a produção dos dados para esta pesquisa.

Entendendo que a busca na literatura por pesquisas que já foram realizadas sobre a temática de nossos trabalhos é de grande valia e fundamental, a pesquisa bibliográfica da vez se deu em uma revisão nas produções encontradas na plataforma Scielo, no repositório de teses e dissertações da capes tendo como foco alguns programas de Pós- graduação selecionados em

¹⁵ Ser afetado é um termo cunhado pela autora Favret-Saada (2005) onde somente observar os elementos do seu campo não é mais suficientes, é preciso deixar afetar-se pelo seu objeto de estudo para adotar um método de produção de conhecimento.

conjunto com minha orientadora. Para a busca na plataforma Scielo, utilizou-se as seguintes palavras-chave: ervas e plantas medicinais; território quilombola; comunidade quilombola; saberes tradicionais e Amazônia. Com relação aos produções dos programas de pós-graduação, optou-se na escolha dos que têm alguma ação e interação com questões de territórios quilombolas em suas linhas de pesquisa, a saber o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA/UFPA), Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA-INEAF/UFPA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFPA), Programa de Pós-Graduação em Diversidade SocioCultural do Museu Paraense Emílio Goeldi (PPGDS/MPEG), Programa de Pós-Graduação em Arqueologia e Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (PPGAA/UFOPA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFBA), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFSC), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFRN) e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA/UFMG).

O acesso a essas literaturas me permitiu uma apropriação mais cuidadosa e rigorosa da temática sobre a qual me debrucei.

Se até aqui contei os percursos realizados, como estudante e sujeito dentro da comunidade, é sobre ela agora que falo e apresento a história, o cotidiano e as vivências.

CAPÍTULO I- RECONTANDO O BAIXO ITACURUÇÁ



Busco neste capítulo recontar, pois a mim outros contaram, um pouco do cotidiano da comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá, a partir de um olhar que desmonta as estruturas ocidentais que figuraram por muito tempo como única e universal maneira de produção de conhecimento onde muitos contaram e descrevem o nosso cotidiano. Busco recontar o dia a dia que tece o meu eu sujeito quilombola a partir do meu lugar de fala principalmente, para meus pares, e conseqüentemente, para a sociedade hegemônica provando que nosso conhecimento é também científico, e não somente quando os chamados “outros” validam ao pesquisarem nossas comunidades. E portanto, eu enquanto quilombola buscando ser antropóloga produzo a partir dos entrelugares que estou (quilombo e universidade) um conhecimento que também merece ser validado como científico.

Santos (2023) nos faz refletir sobre as ideias de confluência, e não criar sobreposições nas coisas e nas relações, nem colocá-las em paralelismo, e portanto, ter o entendimento acadêmico nos ajudar a pensar em estratégias de contraposições importantes a se fazer em relação a essa ciência eurocêntrica, que rege dentro dos espaços acadêmicos. É preciso pensar em reconfigurar esse modelo eurocêntrico para que o mesmo respeite a nossa cosmovisão de entender o mundo com tudo que nele habita, e assim produzir pesquisas a partir do nosso próprio olhar enquanto sujeitos que produzem também ciência (Santos, 2015).

1.2 O campo de pesquisa e o cotidiano do Território Quilombola do Itacuruçá.

O cenário de campo deste trabalho se dá em três comunidades que compõem o Território Quilombola de Itacuruçá, a saber: Baixo Itacuruçá, onde foi realizado o primeiro campo em 2021¹⁶, Médio Itacuruçá com campo realizado em 2022¹⁷ e Alto Itacuruçá em 2023¹⁸. O mapa a seguir evidencia três comunidades quilombolas pertencentes ao Território ARQUIA. As três comunidades representadas com marcador vermelho são o Médio Itacuruçá (Igarapé São João), verde o Baixo Itacuruçá e em laranja o Ipanema, comunidades essas em que moradores integram o coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade.

¹⁶ Os dados do primeiro campo compõem alguns resultados no meu Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação em Ciências Biológicas, cujo título foi mencionado na nota de rodapé 10.

¹⁷ Os dados deste segundo campo estão inseridos em alguns trabalhos submetidos para eventos científicos mencionados na nota de rodapé 11.

¹⁸ O último ano de pesquisa de campo subsidiou a construção de mais um Trabalho de Conclusão de Curso, em Ciências Sociais de outra bolsista do projeto de extensão e que é moradora da comunidade do Baixo Itacuruçá (nota de rodapé 11). Além disso, a junção dos dados dos 3 anos nas três comunidades do Itacuruçá, gerou a submissão de uma nova etapa do projeto de extensão no ano de 2024, em que foi desenvolvido um dashboard interativo com todos os dados produzidos ao longo de três anos de projeto.

Figura 8- Mapa do Território Quilombola do Médio e Baixo Itacuruçá e Ipanema, município de Abaetetuba, estado do Pará.



Fonte: Google Earth, 2026.

O território quilombola do Itacuruçá está localizado na região das ilhas de Abaetetuba-PA, município composto por aproximadamente 72 ilhas e mais de 35 comunidades rurais e agrovilas em seu limite territorial. O rio Itacuruçá caracteriza um viver quilombola e ribeirinho, seu rio deságua no rio Maratauíra, braço de um outro rio, o Tocantins. O TQ de Itacuruçá integra três das 10 comunidades autodeclaradas legalmente como território remanescente de quilombo do município supracitado. A paisagem do rio domina parte do território e integra o cotidiano de moradores emprestando às comunidades a vida em um ambiente de várzea e terra firme.

As comunidades quilombolas do Itacuruçá possuem uma organização social coletiva que advém de sua cultura, costumes e tradições, norteando a forma de viver e pertencer ao próprio território. “São esses espaços que solidificam as relações sociais e modos de vida específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais” (Lira, Chaves, 2016 p. 69). Eles desenvolvem suas próprias fontes de economia, “por meio da agricultura familiar, onde a coleta de açaí e a roça, que para além de fonte de renda monetária, é também fonte de circulação interna de bens econômicos da maioria das famílias das comunidades” (Torres, 2023, p. 20). Essas práticas de trocas, que se espraiam para além do contexto econômico, desenhando também a cultura e a história local, são encontradas nos saberes e fazeres de plantas medicinais que se expressam na oralidade e vivências do cotidiano, em relações sociais entre os comunitários delineando a construção de sua identidade.

A organização social dentro de qualquer sociedade se faz necessária. Silva (2015) e Torres (2023), reafirmam a importância de uma organização coletiva em comunidade, que envolve grupos étnicos ou de famílias que compartilham um mesmo modo de vida. As autoras

afirmam que tal organização coletiva se debruça na importância do reconhecimento legal de determinados povos e de seus territórios.

O Antropólogo Alfredo Wagner (2011) conceitua os Quilombos como todo lugar ocupado por um grupo social que se autodeclara como quilombola, tendo para si uma identidade coletiva que denota o seu pertencimento étnico, organização territorial e cultural. Portanto, essa definição traz uma conceitualização do termo quilombo que foge do conceito errôneo e pejorativo que pensa o quilombo como sendo um local associado à fuga de ex-escravizados e que por muito tempo se manteve na história e memória do povo /quilombola como um mecanismo de desvalorização de seu pertencimento.

Esse processo de reconhecimento do povo quilombola sofreu um apagamento histórico há séculos, os colonizadores fizeram um trabalho minucioso para que não tivéssemos conhecimento de nossas raízes. Quase sempre nos foi contado que os Quilombos surgiram a partir da fuga de pessoas escravizadas das fazendas dos grandes senhores, colocando desta forma o quilombo como um local afastado dos grandes centros urbanos e de atraso cheio de precariedade, e essa história foi reproduzida por muitos de nós por décadas, ou séculos, pois a falta de conhecimento muitas vezes nos induz ao erro.

Contudo, ao conhecer e reconhecer de fato a real história do nosso povo enquanto remanescentes de quilombo nos faz entender que somos um grupo social resistente e lutador, e devemos ter nossos direitos e deveres garantidos. Nos Quilombos foi onde as pessoas escravizadas conseguiram garantir o direito de viver, de se organizar socialmente e manifestar sua cultura e crenças, construir identidades e modos de vida próprios. O quilombo representa o bem viver de um povo, que vive em harmonia com seus pares e com a natureza.

Nesse contexto, o Quilombo do Itacuruçá tem a história de seu surgimento contada principalmente pelas (os) moradoras (es) mais velhos da comunidade, e cada um deles tem uma versão sobre esse processo, mas que não deixa dúvidas sobre a resistência e organização que foi feita para o povoamento de seu território. Além disso, o território tem sua organização social e política principalmente, através das organizações representativas legalmente, e neste caso específico temos a Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombo das Ilhas de Abaetetuba - a ARQUIA - que desde 2002 representa legalmente as 10 comunidades autodeclaradas como quilombolas das ilhas do referido município a saber: Alto, Médio e Baixo Itacuruçá, Ipanema, Arapapu, Arapapuzinho, Tauerá-Açú, Acaraqui, Genipaúba e Assacu (Bom Remédio).

A ARQUIA por sua vez foi criada a partir da necessidade de uma organização reconhecida para exercer as funções legais das comunidades no processo de titulação

quilombola, e posteriormente a associação responderia por outras demandas legais, bem como se responsabilizar por construir, garantir o direito ao território e organizá-lo, sendo essa organização importantíssima para se ter a titulação em 2002, uma vez que fazendas de engorda de gado e monoculturas de dendê e de coco já vinham ocasionando conflitos com as comunidades para acessar o território quilombola da Arquia através da compra ilegal das terras.

Para se ter a titulação mais rápido e frear as invasões ao território, organizá-lo e demarcá-lo, optou-se por mobilizar os moradores na criação de uma única associação para representar as 10 comunidades quilombolas das ilhas de Abaetetuba, decisão importantíssima e estratégica naquele momento, pois para algumas lideranças o processo de titulação individual geraria morosidade dando espaço para as invasões dos agentes externos as nossas terras quilombolas.

Através de muita mobilização encabeçada pela ARQUIA, pela igreja católica e pelos moradores locais, em 2002 obtivemos o nosso título definitivo de terra quilombola emitido pelo Instituto de Terras do Pará (ITERPA), e em 2014 a certificação pela Fundação Cultural Palmares(FCP). Apesar de nossa titulação ter sido um marco para a criação da associação, atualmente a ARQUIA faz frente a inúmeras atuações, desde a garantia e acesso ao território até o acesso a políticas públicas municipais, estaduais e federais.

A garantia do território possibilita a existência do povo quilombola, das suas manifestações culturais, crenças, ancestralidade, cosmovisão, ao meu ver o território vai além de delimitações geográficas, e se compreende como o local sagrado onde posso construir minha identidade e resistência que forjam o meu eu quilombola. Nesse sentido, uma das principais frentes de luta do movimento quilombola é a organização para a garantia do território a partir de sua titulação. Á exemplo dessa organização o relato a seguir demonstra como se deu o processo para a titulação do território ARQUIA, no município de Abaetetuba, PA.

Após algumas reuniões para discutir sobre a titulação coletiva optamos por criar a ARQUIA para representar as 10 comunidades quilombolas das ilhas de Abaetetuba, muitas pessoas ficaram receosas com relação ao título coletivo, mas compreenderam o perigo que era não ter a titulação definitiva em mãos para garantir o direito ao território. E depois que foi feito o estudo por um Antropólogo, o estudo socioantropológico e outras séries de pesquisas para constatar que havia pessoas descendentes dos antigos quilombos, de negros, inicio-se o processo de titulação e em 2002 conseguimos o nosso título e assim frear um pouco os conflitos que já haviam se iniciado e prevenir eventuais outros conflitos (Liderança Zumbi dos Palmares¹⁹, 2025).

É inegável que essas ações foram cruciais para garantir que outras áreas do território ARQUIA²⁰ não fossem invadidas por agentes externos. Contudo, os conflitos perduram até os

¹⁹ Optei por dar nome fictício a liderança no trabalho como forma de garantir sua integridade e segurança

²⁰ O Território ARQUIA é a constituição das 10 comunidades quilombolas das ilhas do município de Abaetetuba,

dias atuais e tem se intensificado cada vez mais. Em diálogos com moradores mais antigos do território a ARQUIA enfrenta diretamente inúmeros conflitos agrários com sujeitos do agronegócio, sendo os principais a BioVale (monocultura de dendê) Mercúres S.A (fazenda pontilhão) e Cargill (terminal portuário), dos três agentes de conflito, no período dos últimos 10 anos a fazenda Pontilhão tem gerado intensos conflitos e danos diretos para a população geral das comunidades.

Um dos episódios mais marcantes e devastador ocorreu recentemente no início do ano de 2025, quando uma série de impacto ao ecossistema local das comunidades do Itacuruçá, principalmente, a mortandade de milhares de peixes em toda a extensão do rio Itacuruçá ocasionado pela baixa de oxigênio, altos níveis de metais pesados (Alumínio, Ferro, Cobre e Fósforo), presença de fezes de animais, pH e turbidez da água alterado. Vale ressaltar que, nenhuma ação de impacto negativo diminui uma outra ação, o que diferencia são a gravidade dos danos causados e a proporção que tal acontecimento gera. E, portanto, o episódio foi o mais letal não somente pelos danos talvez irreversíveis, mas, também pelo enfrentamento que a comunidade realizou, pelas inúmeras ameaças às lideranças comunitárias, pela proporção que o ocorrido tomou tendo uma exposição maior dos crimes ambientais que ocorrem dentro dos territórios quilombolas do Brasil. E sem dúvida o quilombo do Itacuruçá, infelizmente, não é o único a atravessar essa política de morte que é o avanço do capitalismo. Nossos territórios se tornaram zonas de sacrifício, e com ele nossos corpos também.

Figura 9 e 10 - Peixes mortos encontrados no Rio Alto Itacuruçá



Fonte: moradores locais, 2025.

Figura 11 - Igarapé do território do Alto Itacuruçá contaminado com rejeitos da Fazenda Pontilhão



Fonte: Priscila Torres, 2025.

Esses episódios nos levam a refletir sobre a fragilidade que é garantir o direito à terra de comunidades quilombolas no Brasil. E não somente o direito à terra, mas a garantia dos direitos efetivos dos quilombolas no país, pois o que se apresenta no atual cenário é a violação massiva desses direitos. Dentre tantos agentes, os órgãos do estado não efetivam e fiscalizam rigorosamente as legislações, sejam elas ambientais, territoriais, educacionais, raciais, etc e os megaprojetos não respeitam essas legislações que asseguram os direitos dos povos tradicionais, o que se percebe é que inúmeros empreendimentos que se instalam nos territórios indígenas, quilombolas e outros segmentos tradicionais não respeitam sequer a Convenção 169 da OIT, que garante o direito de autodeterminação, autorreconhecimento e proteção dos nossos territórios e de nossos costumes e cultura.

Nossa associação completa no ano de 2026, vinte e cinco anos de fundação, e muitas políticas públicas as quais acessamos se deu a partir da incansável luta da associação para garantir nosso direito de acessá-la. Dentre tantos feitos a associação garantiu que fossemos contemplados pela Luz elétrica, Minha Casa Minha Vida, lutou pela construção da primeira escola Quilombola do município e das demais escolas do território, contribuiu na luta de construção do PSE-I/Q, construção de Unidade Básica de Saúde, isenção ao Imposto de Propriedade Territorial Rural (IRT), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), fortalecimento da agricultura familiar etc. E vem atuando no cenário atual em frentes que garantam todas as lutas travadas anteriormente.

No ano de 2024 tivemos um marco que considero histórico dentre tantos outros conquistados pela associação, tivemos a posse da primeira coordenadora mulher a assumir esse cargo, onde ela trás consigo uma coordenação coletiva majoritariamente composta pelo gênero feminino, evidenciando o protagonismo que as lideranças mulheres exercem na organização social, política, econômica e cultural das comunidades. E nesta dissertação busco trazer esse protagonismo que é invisibilizado, reduzido e deslegitimado, para refletirmos a necessidade de reconfigurar as estruturas patriarcais da sociedade, onde o gênero feminino deve ocupar espaços de poder e decisão dentro e fora dos espaços do território, e principalmente legitimar esse acesso.

Apontado pelas autoras Souza e Amoras (2025) em seu trabalho, há aspectos essenciais sobre as mulheres quilombolas na defesa do território, são elas que salvaguardam os saberes tradicionais que secularmente circulam pelas gerações, além de serem importantes guardiãs dos territórios. As autoras ainda afirmam que “as formas de lideranças que as mulheres quilombolas exercem se baseiam na filosofia coletiva” (Souza e Amoras, 2025. p. 10), o que nos deixa em evidência o protagonismo e legitimidade da atual gestão da associação que se revela como ponto chave para o fortalecimento e empoderamento de gênero dentro das comunidades. No próximo capítulo abordarei um pouco de como esse episódio foi um marcador para a implementação e desenvolvimento do projeto sobre o Jirau medicinal quilombola do Itacuruçá.²¹

Para além da associação representativa legalmente, a organização local se dá também através de coletivos quilombolas, igrejas, times de futebol, grupos de dança, escolas, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Unidade Básica de Saúde (UBS), que buscam garantir que direitos à educação, saúde, segurança, direito ao território sejam respeitados perante a Constituição Federal do Brasil, mas que diversas vezes esses direitos são violados.

Dentre tantas percepções adquiridas e conquistadas ao longo dos meus 27 anos morando e participando efetivamente das dinâmicas organizacionais no quilombo do Itacuruçá, percebo uma relação muito forte entre os modos como nos organizamos culturalmente e economicamente, pois, nossas formas de aquisição econômica está muito atrelada as manifestações culturais do nosso povo. Temos a agricultura familiar como um dos pilares de nossa economia, mas também está ligada ao nosso modo de vida e a nossa cultura, e portanto, a forma que nos organizamos nos diferencia de outros povos e da sociedade hegemônica.

²¹ O referido projeto será melhor destrinchado no próximo capítulo desta dissertação. Mas, o mesmo tem como objetivo central a criação de um jirau medicinal no território quilombola do Itacuruçá, Abaetetuba-PA, para uso coletivo dos quilombolas.

Pojo e Elias (2018), Brandão, Santana e Machado (2024) apontam que o território do Itacuruçá constituído por Baixo, Médio e Alto Itacuruçá, “sobrevivem a partir da agricultura familiar, da produção de cerâmicas (olarias), cultivo do açaí, do comércio, de cargos públicos e de benefícios sociais” (Brandão, *et al.* 2024, p. 2).

Elias(2024) também aponta que:

Os saberes do trabalho de homens e mulheres do campo (e que dele vivem) vão se constituindo através de vínculos estreitos com a natureza concebida como parte integrante do ser-do-campo. Seus modos de vida estão diretamente relacionados à dinâmica dos ciclos naturais, o que lhes confere um acervo de conhecimentos que se materializa em sistema de uso e manejo dos recursos naturais, sendo as práticas produtivas de base familiar e comunitária (Elias, 2024, p. 57).

A agricultura familiar, como ressaltado anteriormente, é um dos pilares da economia e da segurança alimentar da comunidade, as roças de mandioca e macaxeira, entremeadas também pelo maxixe, jerimum, melancia, milho, gergelim, arroz e pimenta, figuram como fonte da base de alimentação de algumas famílias da comunidade, principalmente das famílias que moram na área de terra firme do Quilombo, mas não impossibilita as famílias moradoras da área de várzea de se inserirem nesse contexto de produção e alimentação.

Brandão *et al.* (2024) em seu trabalho demonstra que as roças são parte da cultura e história do quilombo do Médio Itacuruçá e que essa prática se perpetua até os dias atuais. Para algumas famílias as roças são parte da economia familiar, para outras apenas uma complementação dessa renda, mas sem dúvida ela é um importante instrumento na segurança alimentar das famílias que ainda fazem as plantações. A dinâmica apresentada pelos autores se mostra também na comunidade do Baixo Itacuruçá. As imagens a seguir mostram detalhes sobre algumas etapas do trabalho na roça na comunidade.

Figura 12 - Agricultores na etapa de limpeza da roça



Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 13 - Agricultor cortando a lenha da limpeza da roça que é utilizada no fogão a lenha e na fazição²² da farinha no retiro²³



Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 14 e 15 - Roça limpa e plantada com mandioca já em processo de crescimento



Fonte: Priscila Torres, 2024.

²² Fazição, é o processo de preparo da farinha.

²³ Retiro, casa de preparo da farinha. Nele também é feito o processo de preparo de outros produtos derivados da mandioca e da macaxeira, como a goma de tapioca, tucupi, beiju de coco, beijú xica, farinha de tapioca e separação da cureira. Em alguns retiros também se tem o pilão para socar arroz, gergelim e cureira.

Figura 16 - Casa de farinha (retiro)



Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 17- Morador mexendo a farinha no forno



Fonte: Priscila Torres, 2023.

O extrativismo de açaí e a pesca se somam às produções das famílias locais. O açaí sempre figurou como um dos principais alimentos na mesa das famílias das comunidades do Itacuruçá, e nos últimos anos, pressionado pelos mercados locais, regionais e internacionais, tem aumentado e contribuído significativamente como fonte de renda dessas famílias. Contudo, o cultivo único e descontrolado da palmeira do açaí, impulsionado pelos mercados externos, somado às políticas de estímulo à monocultura, têm deixado um série de preocupações com relação à diversidade de espécies de vegetais e animais fundamentais para o bom funcionamento do ecossistema e de importância significativa para a segurança alimentar e sobrevivência das pessoas nas comunidades (Botelho, 2022).

Com a pressão do mercado externo sobre o açaí, as famílias estão deixando de fazer uso de outras fontes de renda e restringindo áreas de plantação de alimentos, como, por exemplo, os sistemas agroflorestais. Tal pressão advinda do mercado capitalista dos monocultivos de açaí, juntamente com as mudanças climáticas tem apresentado um cenário conturbado, uma vez que deixa a comunidade muitas vezes em cenários de insegurança, seja ela alimentar, ambiental e cultural.

A seguir apresento através de imagens etapas do trabalho de plantio e o extrativismo do açaí até seu atravessamento por marreteiros locais e de outras comunidades. O trabalho relacionado à colheita do açaí é feito por ambos os gêneros na comunidade, os homens são as pessoas que sobem nas árvores da palmeira e as mulheres desbulham. Em alguns casos as mulheres fazem ambas as funções bem como os homens. Tem crescido na comunidade a utilização de ferramentas que facilitam o trabalho da apanha do açaí, onde são utilizados apanhadores e debulhadeiras para facilitar o trabalho dos agricultores. Dentro dessa cadeia de circulação do açaí, as mulheres só não trabalham na função de compradoras (marreta) do açaí.

Figura 18- Plantação da palmeira do açai



Fonte: acervo da autora, 2023.

Figura 19 - Processo de “disbulha”²⁴ do açai



Fonte: Priscila Torres, 2025.

²⁴ A desbulha é o processo de retirada ou separação dos frutos do cacho da palmeira do açai. Esse processo pode ser realizado de forma manual tradicional como exposto na fotografia 21, ou utilizando outras ferramentas como a debulhadeira para facilitar o processo de colheita do açai.

Figura 20 - Processo de atravessamento do fruto do açáí realizada por moradores



Fonte: Thais Torres, 2025

Figura 21 - Marreteiro de açáí transportando o palmito de açáí



Fonte: Thais Torres, 2025.

Na pesca tem um cenário parecido ao do cultivo do açáí, contudo é menos frequente mulheres serem as detentoras dos apetrechos da pesca, e determinados tipos de pesca os homens são os que mais praticam a exemplo a pesca com malhadeira. Os tipos de pesca praticadas na comunidade são de malhadeira, tarrafa, linha, caniço, gapuia, matapi e tapagem (ver figura 22 e 23).

Figura 22 - Moradora iscando matapi²⁵ para pegar camarão



Fonte: Thais Torres, 2025.

²⁵ Apetrecho utilizado na pesca artesanal de camarão. Há variedade nos modelos de matapi que são usados pelos moradores locais, contudo por esse não ser um dos objetivos da pesquisa não me deterei em apresentar todos os tipos presentes na comunidade

Figura 23- Peixes capturados através da tapagem²⁶ de igarapé



Fonte: Elizangela Torres, 2026.

Elias, 2024 relata que:

Os saberes de trabalhadores e trabalhadoras do campo, quilombolas, ribeirinhos e ribeirinhas, ao se entrelaçarem a natureza, demarcam uma sociabilidade de outro tipo, que se contrapõem ao capitalismo, e aguçam, geram brechas de enfrentamento e resistência à lógica de financeirização que tem se aprofundado na Amazônia e provocado desigualdades, injustiças sociais e a negação do direito à existência de povos e comunidades tradicionais (Elias, 2024, p. 57).

O Itacuruçá por muito tempo tinha sua dinâmica unicamente a partir do rio. O rio funciona como marcador social, cultural, ambiental e temporal reafirmando o viver quilombola e ribeirinho local. A dinâmica das marés proporcionam a sutileza de práticas de esporte e lazer, do ir e vir, além de ser palco do ofício da prática da pesca artesanal como meio de vivência. O rio, furos e igarapés presentes na comunidade, mesmo tendo sua dinâmica fortemente alterada pelas empresas do agronegócio como a dendeicultura e fazendas de criação de gado, ainda assim revelam-se como locais importantíssimos para o ofício da pesca que segue resiliente no cotidiano das famílias.

²⁶ Um tipo de pesca realizada na comunidade onde o pescador atravessa a rede de pescar no curso de um igarapé ou furo impedindo a passagem dos peixes quando a maré seca ou baixa

A partir da construção do ramal do Santo André as dinâmicas da comunidade do Baixo Itacuruçá foram se alterando com o decorrer do tempo, porém sem deixar de existir a forte interação dos moradores com o rio. A comunidade, portanto, é dividida em duas áreas maiores, a parte do rio (várzea) e a parte de terra firme, área que não sofre influência da maré.

Figura 24 e 25- Área do rio e ramal do quilombo do Baixo Itacuruçá



Fonte: coletivo UBUNTU, 2025.

Na primeira área encontram-se casas de diversos tamanhos e estilos, umas de estrutura feita de madeira com pinturas coloridas ou não, outras com estrutura mesclada (metade madeira e metade de alvenaria) algumas com frentes lajotas, outras pintadas ou ainda sem nenhuma das opções citadas. Encontram-se também na referida área a igreja católica de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (figura 26) , a igreja evangélica Assembleia de Deus (figura 27), alguns bares, as olarias (figura 28)²⁷ e a sede do projeto Live no Quilombo.

²⁷ Olaria são os espaços de fabricação das cerâmicas (telhas, tijolos, e utensílios de cozinha como aguidás e panelas)

Figura 26- Igreja católica Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em período de festejo



Fonte: Priscila Torres, 2025.

Figura 27- Igreja evangélica Assembleia de Deus



Fonte: Priscila Torres, 2025.

Figura 28 - Olaria



Fonte: Priscila Torres , 2024.

Já na área de terra firme encontra-se um número menor de casas, até o período desta pesquisa, sendo a maioria de alvenaria e estão distribuídas ao longo do ramal do Santo André ou ainda de outros ramais como o ramal do bacuri, do Japacá, do parque encantado e o caminho da casa da Dona Bena. Na terra firme encontra-se também a escola da comunidade (Escola Quilombola Santo André) que atende desde as séries iniciais até o ensino médio, o Centro de Referência de Atendimento Social - CRAS Quilombola e Ribeirinho -Aluizio Correia(figura 30), os campos de futebol Santa Rosa (figura 29) e Bacuri, além dos barracões de festa dançante Santo André (figura 31) e o barracão 3 amigos (barracão ao fundo da figura 29 do campo Santa Rosa), uma quadra esportiva de areia, que recentemente está em reforma e o campo da natureza (área de reserva natural de importância histórica e cultural das comunidades).

Figura 29- Campo de futebol Santa Rosa e ao fundo barracão 3 amigos na comunidade do Baixo Itacuruçá



Fonte: Priscila Torres, 2024

Figura 30 - Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Quilombola e Ribeirinho



Fonte: Priscila Torres, 2025.

Figura 31- Barracão de festa dançante Santo André



Fonte: Priscila Torres, 2025.

Se apresentam também na comunidade do Itacuruçá uma diversidade de saberes tradicionais que são repassados e perpetuados de forma geracional em suma oralmente. Dentre eles destacam-se o uso de ervas e plantas medicinais, a medicina tradicional, mas prefiro chamar de medicina ancestral²⁸ enfatizando o ofício das nossas parteiras, curandeiras, benzedeadas, macumbeiras, pajés e puxadoras (es), o artesanato, as festas religiosas e as crenças.

Em relação ao ofício dos mestres da medicina ancestral no TQ de Itacuruçá, é importante relatar que antes do avanço ao acesso da medicina moderna se tinha uma utilização muito mais expressiva com relação a esse ofício. Já no contexto dos dias atuais, não se tem a realização do trabalho principalmente das parteiras, pajés e curandeiras, já as puxadores (es), benzedeadas e remedeiras ainda seguem realizando os seus trabalhos apesar de não ocorrer com a mesma frequência de antigamente.

²⁸ Está categoria foi adotada nesta dissertação ao passo que compreendo que os ofícios de cura e cuidado em minha concepção estão ligados à ancestralidade que essas pessoas carregam consigo e que vai sendo repassada por gerações através de laços familiares (ou parentesco), mas que nem todas as pessoas de uma determinada linhagem pode ser escolhida para se portar de tal conhecimento, ou seja, é algo que vai além de análises de um campo físico e perpassa por questões espirituais.

Figura 32- Dona Helena, remedeira, puxadeira, plantadora e benzedeira em seu jirau



Fonte: Priscila Torres, 2022.

Para o caso das ervas e plantas medicinais, essas novas conformações do território também impactam seus usos e, em especial, findam produzindo um tipo de transformação sobre o conhecimento local associado a esses recursos. Mas é importante destacar que o ser e existir quilombola, ainda que pressionado pelas tensões diversas da sociedade hegemônica, e em especial pelo mercado, figura como uma resistência para a manutenção desses conhecimentos ancestrais.

Dentre as manifestações culturais se destacam os festejos dos santos padroeiros que cada comunidade possui, a comunidade do Baixo Itacuruçá tem como padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, com período de festejo no início de novembro. Além do referido festejo, há

também outros santos que são festejados no decorrer do ano na comunidade a saber: São Jorge, Santa Rita de Cássia, Santo Antônio, Nossa Senhora Sant'ana, Nossa Senhora de Nazaré, Santo André e São Miguel (rezado na comunidade vizinha- Arapapu, mas mobiliza uma parte da comunidade do Baixo Itacuruçá). Vale ressaltar que as rezas dos não padroeiros da comunidade são realizadas em casas de determinadas famílias da comunidade, onde essas famílias por anos são devotos e mantém essa prática perseverante até os dias atuais.

Já o protestantismo é muito praticado na comunidade do Itacuruçá, tendo inúmeras igrejas evangélicas de congregações diferentes, mas que são usadas com um propósito central que é a manifestação da Fé. As imagens abaixo denotam as igrejas presentes na comunidade do Baixo Itacuruçá.

A educação apesar de alguns avanços ainda assim continua defasada, há uma grande precariedade na infraestrutura da única escola presente na comunidade do Baixo Itacuruçá, o que deveria ser um assunto de extrema importância para garantir um espaço adequado de aprendizagem para os alunos. Além disso, o município de Abaetetuba é um dos que ainda não adotou a educação escolar quilombola em sua grade curricular, ou seja, ainda é desafiador as escolas adotarem uma educação de qualidade e equitativa, atendendo as especificidades presentes dentro do espaço escolar quilombola.

No âmbito da saúde convencional, o cenário que se apresenta é muito comparado a educação e segurança, ou seja, sem estrutura adequada. O Itacuruçá conta com apenas uma Unidade Básica de Saúde (UBS) para atender às respectivas comunidades: Médio Itacuruçá (onde se localiza a UBS), Baixo Itacuruçá e Ipanema, contudo a falta de assistência a serviços básicos na referida unidade, onde se tem uma vez por semana atendimento com uma única médica é um dos principais enfrentamentos que os moradores passam. A Unidade Básica de Saúde desde a sua construção não recebeu uma reforma na sua infraestrutura para melhorar o atendimento e conforto dos moradores. Os serviços ofertados são muito restritos, o que mais uma vez evidencia que os direitos dos povos tradicionais são violados, pois é dever do estado garantir o acesso à saúde de qualidade para todos. Ressalvo que no próximo capítulo abordarei mais profundamente outras questões relacionadas à Saúde dentro da comunidade quilombola do Itacuruçá e a dinâmica presente com relação a UBS.

Figura 33- Unidade Básica de Saúde do Itacuruçá, localizada na comunidade do Médio Itacuruçá



Fonte: Priscila Torres, 2025.

O nosso cotidiano é marcado por uma rica e esplêndida diversidade cultural, que vai se formando no olhar que atravessa as águas do rio, ao banhar-se, pescar, remar, brincar e descansar. Perpassa em um magnífico horizonte no artesanato de palmeiras de miriti, jupati, açai, tucumã, inajá, trazendo brilho aos olhos de quem possui o dom de imaginar e confeccionar peças que contam histórias, memórias, sabedoria, afeto, pertencimento, amor e dor. É na sutileza das mãos que constroem barcos, canoas, rabetas e pinturas. É sob o olhar e tocar dos que cuidam e curam, na pajelança, na umbanda, no candomblé, na fé católica e evangélica, na medicina ancestral e na medicina moderna, é no ensinar, educar e fortalecer que se constroi a identidade no território.

É inegável que a vida cotidiana da comunidade do Baixo Itacuruçá se manifesta a partir de dinâmicas exuberantes e sutis, onde o tempo das marés, as estações do ano, o ir e vir para as roças, açazais, olarias, escola são marcadores de uma vida entendida como simples e ao mesmo tempo rica de conhecimentos ancestrais. Diante do que foi apresentado neste capítulo sinto a necessidade de apresentar também o meu território quilombola através de fotografias que marcam o cotidiano vivido pelos moradores quilombolas, partindo de uma exposição das práticas culinárias que figuram principalmente a base da alimentação (peixe, caça, animais

criados nos quintais, produtos da agrobiodiversidade, farinha, arroz, açaí) dos moradores (ver figuras 34, 35, 36, 37).

Figura 34- Comidas (peixe e porco) sendo assadas e cozinhadas no fogão a lenha



Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 35- Panelas de cozinhar no fogão a lenha feito de tijolos



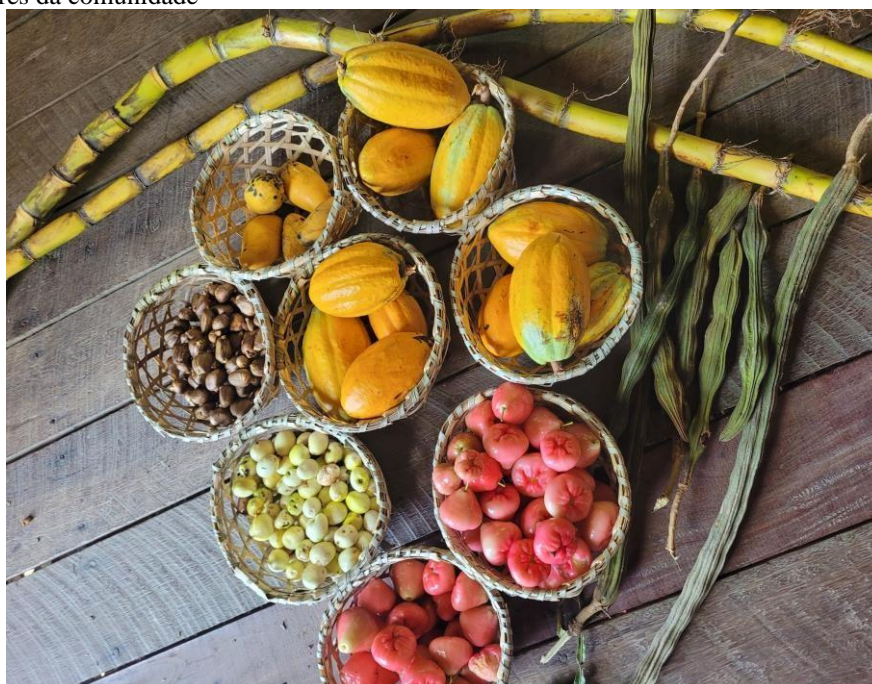
Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 36- Peixe (Mapará) cozido com limão comprido e farinha produzida na comunidade




Fonte: Priscila Torres, 2024.

Figura 37- Frutas (cacau, jambo rosa, ingá, ajuru, cana piojota, manga pombinha, avapão) presentes no quintal dos moradores da comunidade



Fonte: Priscila Torres, 2025.

A photograph showing a small white plastic pot with green leaves in the upper center. Below it, a large, shallow, orange-brown earthenware bowl is filled with a large quantity of crushed green leaves. The scene is set on a light-colored tiled floor with dark brown grout lines.

**CAPÍTULO II- QUANDO EU TÔ COM DOR, EU BEBO O
CHÁ, É BATER E VAI! O COLETIVO MÃE PRETA:
PLANTAS MEDICINAIS E RESISTÊNCIA LOCAL**

Eu sou uma, mas não sou só.

(Sued Nunes Nascimento dos Santos)

Crio este texto a partir de um lugar específico e particular, o lugar de uma jovem quilombola moradora do quilombo, que vivencia a experiência de pensar o saber ancestral o qual sempre teceu meu cotidiano em profusão à um conhecimento ao qual me foi posto pela sociedade hegemônica (conhecimento científico), e que apesar de não esperar e planejar, o destino me mostrou passível de dialogar em confluência com o meu saber quilombola. E para esse diálogo, que se materializa no Mãe Preta, que eliminou a hierarquia entre o conhecimento da sociedade maior e o conhecimento que me originou, me inspiro em um grande pensador quilombola que é Nêgo Bispo e nas escrituras da escritora negra Conceição Evaristo para pensar essas confluências que se materializaram em minha trajetória e me trouxeram respostas fundamentais para pensar o território quilombola.

O intuito que trago neste trabalho é tornar a produção de conhecimentos onde o meu próprio linguajar, escrita e vivência sejam validados, a partir dos termos com os quais orienta principalmente a prática de uma vivência cotidiana do meu sujeito quilombola. Esse movimento possibilita o rompimento da lógica eurocêntrica e academicista identificada pelo próprio quilombola Nêgo Bispo, quando propõe superarmos as práticas colonialistas.

Portanto, este capítulo se debruça na etnografia do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, que surge a partir de um amadurecimento e entendimento político de quilombolas dentro dos espaços da universidade e ao mesmo tempo no quilombo, aprofundando outras propostas de atividades que culminaram em uma forma de extensão e de Trabalhos de Conclusão de Curso, em outras ações e outros protagonismos para o próprio território. A necessidade de retorno para nossas comunidades foi um ponto em comum e essencial para a união das fundadoras do coletivo e assim despertar o interesse para a escrita de projetos em editais de fomento.

Este capítulo se divide em 4 seções, a primeira nos situa sobre o tema da pesquisa do capítulo, a segunda sobre o coletivo Mãe Preta enquanto resiliência e resistência através das atividades realizadas no território quilombola do Itacuruçá, o terceiro se debruça no uso de práticas de cuidado a partir das experiências cotidianas nas comunidades, o quarto apresenta algumas dificuldades vividas no decorrer do projeto, bem como possibilidades futuras de continuação das ações, e por fim, uma última seção apresentando as minhas experiências relacionadas ao campo do patrimônio cultural para pensar novas estratégias de acesso a outras políticas públicas.

2.1 Situando o tema

As plantas medicinais são recursos essenciais que estão diretamente relacionados com o bem viver²⁹ nas comunidades quilombolas. O ofício do saber-fazer de uso de recursos vegetais está diretamente ligado ao modo de vida, e a um conhecimento ecológico local que se perpetua secularmente, repassados oralmente por gerações.

A utilização de espécies vegetais no tratamento de enfermidades é um dos costumes mais antigos da civilização humana (Souza, 2024, p. 24). Entretanto, desde o período colonial, projetos desenvolvimentistas, colaboram para o avanço do capitalismo, da industrialização, e consequentemente, do agronegócio, fazendo com que os meios de produção comecem a ser guiados em formas, meios e técnicas que visam uma produção maior de *commodities*, a partir de uma exploração invasiva dos recursos naturais presentes no planeta terra, não levando em consideração os conhecimentos tradicionais e cosmovisão dos povos, e da dinâmica da natureza.

Mesmo com o avanço da medicina convencional e de novas tecnologias, as práticas ancestrais de cuidado ainda são essenciais e de alta relevância para as comunidades tradicionais. Elas estão diretamente atreladas às formas identitária, cultural, social, política e econômica do povo local, que sofre secularmente com a marginalização, o racismo estrutural e institucional, e com a falta de políticas públicas eficazes.

A região amazônica é caracterizada por uma diversidade na composição étnica e cultural, formada por diversos grupos sociais e comunidades tradicionais, cuja constituição se deu ao longo dos processos históricos de colonização e miscigenação (Lira; Chaves, 2016; Quaresma, 2024). O sujeito amazônico é resultado dessas interações históricas entre diferentes povos e etnias, o que se reflete nas múltiplas expressões socioculturais presentes no cotidiano regional, tais como as dinâmicas laborais, os sistemas educativos, as práticas religiosas, os hábitos alimentares e as estruturas familiares.

As comunidades tradicionais, e nesta pesquisa em especial as quilombolas, o uso de plantas, principalmente, as plantas medicinais contêm grande simbolismo para o povo. Esses recursos vegetais estão presentes na medicina ancestral, que cuida do corpo e do espírito, e são essenciais na descoberta de técnicas para a manutenção, preservação e conservação do meio ambiente, além de figurar como agente primordial na resistência sociocultural, ambiental e territorial das comunidades.

As formas de cuidado utilizadas pelos povos e comunidades são mais uma estratégia de

²⁹ O conceito Bem Viver, pode ser entendido muitas vezes como uma polissemia, mas para este estudo, assumimos o conceito como tratado por Acosta (2013). A origem do conceito Bem Viver passa pelos povos indígenas da América Latina e figura como um pensamento descolonial que parte de uma lógica que não vê na natureza uma fonte de recursos naturais, mas sim, uma forma de vida em conexão e harmonia com a natureza, sendo o própria vida humana a expressão da natureza e não sua dominação.

resistência às formas de racismo que lhes são impostas. É um enfrentamento ao epistemicídio dos saberes e práticas ancestrais, que possibilitam outros viés de sobrevivência coletivas e individuais, considerando a dinâmica orgânica com o território, com as matas, rios, lagos, florestas e seres encantados. E, portanto, se faz necessário combater esse epistemicídio que também perpassa pelos serviços de saúde (Carneiro, 2005; Alves, *et. al*, 2023).

Tais formas de uso estão também diretamente relacionados à garantia de seus territórios e da sua identidade. Esses saberes se dão a partir das vivências cotidianas nos quilombos, aldeias, comunidades ribeirinhas e etc. Na prática de cura também são utilizadas misturas de outros produtos, mas em sua maioria são recursos extraídos de óleos de diversas espécies vegetais, bem como de recursos animais, como a banha do tatu, banha de galinha, banha de jacaré, entre outros, práticas essas que passaram a ser menos utilizadas, mas que ainda resistem na atualidade, reafirmando a relação com a natureza e modo de vida local que se manifesta através dos conhecimentos tradicionais.

As práticas de cuidados com a utilização de plantas medicinais em territórios quilombolas é muito frequente e é de suma importância. Wernet *et.al*, 2025 em seu trabalho de revisão integrativa buscou analisar as produções científicas sobre as práticas de cuidado e crenças de crianças menores de seis anos em comunidades quilombolas do Nordeste do Brasil. Em seus achados, o referido autor apresenta como as práticas de cuidado e crenças contribuem para a formação da identidade quilombola das crianças, que são perpassadas pela questão de maior contribuição de mulheres, mães, avós, tias e tantas outras, que exercem a função de cuidado com as crianças, dos cuidados a saúde de todos os que habitam a casa ou a comunidade. Através do vínculo social coletivo presente nas comunidades quilombolas, as mulheres são colocadas nesse lugar de responsabilidade pelo feito do cuidado, mas também de exercerem a gestão do território, os afazeres domésticos e os afazeres da agricultura familiar, e que, portanto, enfatiza também a sobrecarga que as mulheres vivenciam em seu cotidiano.

O estudo também apontou a fragilidade no sistema de saúde vivenciado dentro das comunidades tradicionais, aqui em questão as comunidades quilombolas, fato este que apareceram também nas pesquisas de Silva *et.al*, 2019; Torres *et.al*, 2021; Torres, 2023; e Torres, *et.al* 2024 que demonstram essa falta de acesso à atenção básica e às políticas públicas de saúde, tornando os saberes tradicionais da medicina ancestral cada vez mais acessado por esses grupos, além de evidenciar a importância da conservação desses saberes.

Um exemplo de uso eficaz dos conhecimentos tradicionais sobre o uso de ervas e plantas medicinais, relaciona-se à pandemia da Covid-19, vivida no interior de comunidades quilombolas, sendo a Amazônia um destacado lugar onde essa prática foi vivida. Durante essa pandemia, o uso de ervas e plantas medicinais, foram essenciais para o tratamento e prevenção

da doença, junto à população quilombola, dado que o vírus SARS-COV-2, ainda era desconhecido e que os cientistas, não possuíam tratamentos eficazes³⁰.

Além disso, no início da pandemia muitas pessoas foram infectadas, o que sobrecarregou o sistema de saúde, causando muitas dificuldades nos atendimentos e tratamentos das pessoas. Para as comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e ribeirinhas que em sua maioria são afastadas dos centros urbanos, o acesso ao sistema de saúde já é dificultoso, com a pandemia esse episódio se agravou ainda mais (Torres *et.al*, 2021).

Sendo assim, as comunidades utilizavam sua medicina ancestral para prevenir e tratar a doença quando algum membro da comunidade era acometido pelo vírus. As comunidades começaram a se organizar e tomar suas próprias medidas preventivas para evitar a proliferação do vírus em seus territórios, além de seguir as medidas indicadas pela OMS (Organização Mundial de Saúde), como aponta o estudo de Torres *et. al*, 2021; Furtado, 2022; Carvalho, 2025.

Por se tratar de um uso de fácil acesso e baixo custo, as plantas medicinais têm um índice alto de utilização pelas comunidades para o tratamento e preservação de enfermidades. E conforme Silva, Lobato e Ravena-Cañete (2019), essa alta taxa de utilização também está relacionada à escassez de serviços públicos de saúde dentro de comunidades quilombolas, já que a grande maioria dessas comunidades se encontra afastada dos centros urbanos tornando o deslocamento difícil.

As comunidades tradicionais são em sua maioria atendidas pela Estratégia Saúde da Família-ESF, dependendo do grupo social ao qual se refere essa nomenclatura se altera, contudo, tais espaços têm a mesma intenção final: fornecer atenção à saúde. Um ponto em comum que esses espaços que atendem os moradores dessas comunidades tem é a carência e dificuldades quanto à infraestrutura e acesso a serviços básicos, como atendimentos de médicos e a medicamentos. Frente às dificuldades de acessar de forma que se tenha o mínimo de qualidade e equidade nesses atendimentos, essas populações tendem a recorrer também a suas formas de cuidado tradicionais repassados secularmente pelos mais velhos de suas comunidades.

O cuidado à saúde dentro das comunidades quilombolas, realizado majoritariamente por mulheres, é relacional ao modo cultural local e à falta de acesso a políticas públicas de saúde. Ao se revelar como uma prática que reverbera para além da importância de cuidar de si próprio,

³⁰ Torres et al. 2021, apontam em sua pesquisa o alto índice de utilização de ervas e plantas medicinais no período que figurou a pandemia da COVID-19, na comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá para o tratamento e prevenção da doença. Trindade, 2025, em seu estudo que investigou o uso do conhecimento tradicional de plantas medicinais aponta que a utilização desses conhecimentos empregados no enfrentamento da pandemia em um cenário de ausência de tratamentos específicos e as adversidades sanitárias em um contexto de extrema desigualdade.

mas também como um ato de resistência e humanização, atrelado à conexão com o outro em laços familiares, comunitários, de amizade e de laços com a própria natureza.

Entre as mulheres quilombolas as práticas de cuidado que utilizam as ervas e plantas medicinais não são vistas apenas como recursos naturais para tratar enfermidades, mas como seres portadoras de uma força que se entrelaça ao cuidado do corpo e do espírito. E essa força e conhecimentos são transmitidos a partir da imersão no território e no pertencimento que se constroi ao longo das gerações. E nessa premissa também se observa a urgência de garantia do território dos povos e comunidades tradicionais.

Um estudo apontou que, embora a ESF apresente potencial referente à atenção básica em saúde, os desafios são persistentes e significativos para a efetivação da integralidade do cuidado nos territórios quilombolas. Além disso, constatou-se que o protagonismo comunitário — especialmente das mulheres — tem sido comprometido pelas limitações estruturais e metodológicas da estratégia, e, portanto,

Os saberes, experiências e memórias ancestrais de cuidado não são devidamente reconhecidos nem incorporados nas práticas institucionais, o que revela uma distância entre a atuação da Estratégia Saúde da Família e a construção de uma política pública de saúde comprometida com os direitos, a cultura e a territorialidade dos povos quilombolas (Alves, *et. al*, 2023. p. 1).

As mulheres figuram como guardiãs desses saberes ancestrais, e através da oralidade repassam esses conhecimentos por gerações, mantendo essa transmissão ancestral, cultural e espiritual. Além disso, a pesquisa evidencia as formas de resistência que a comunidade possui para lidar com os descasos do estado com relação aos seus direitos, uma vez que é relatado no decorrer do texto o sucateamento nos serviços de saúde, segurança, educação, bem como na garantia de seus direitos territoriais, uma vez que a comunidade sofre com os impactos causados pela instalação do agronegócio (cultivo de dendê e criação de gado) aos arredores de suas áreas territoriais (Carvalho, 2025).

Por muito tempo os nossos corpos, corpos de mulheres negras, foram invisibilizados. Nos negaram o direito de exercer nosso protagonismo na sociedade, negavam nossa existência e colocavam barreiras quando travamos nossa luta por ascensão. Lélia Gonzalez aponta que “Desde a independência do país, a mulher negra brasileira resiste a um processo de tripla discriminação racial, de gênero e classe” (Gonzalez, 2020. p. 56). Mas, apesar dos avanços obtidos através de lutas e resistência feminina, as desigualdades de gênero ainda estão largamente presentes na sociedade, e, principalmente, atrelada a questões raciais e de classe.

Há uma constante sobrecarga no papel que a mulher exerce, pois é a elas que atribui-se o trabalho do cuidado, seja ele familiar, comunitário, de saúde entre tantos outros. É a elas que as formas de trabalho e salários diferenciados são impostos, são seus corpos que muitas vezes

são colocados à mercê da satisfação de prazeres sexuais de homens, em sua maioria, brancos (Gonzalez, 2020). É a elas que são negados direitos básicos de acesso à saúde, educação, segurança e intelectualidade.

No entanto, quando considerado o lugar da mulher no quilombo, outros contextos a mais são marcados por características voltadas às práticas diversas e a saberes variados. Nós, mulheres quilombolas, assim como tantas outras, em sua maioria negras, estamos diretamente envolvidas na linha de frente dos cuidados e na garantia do território, somos nós que exercemos o papel de mães, filhas, irmãs, tias, netas e avós, parteiras, benzedeiras, puxadeiras, agricultoras, pescadoras, estudantes e lideranças em nossas comunidades. Exercemos tantas funções e papéis ao mesmo tempo (Guedes, 2018) e quase sempre sem nenhum cuidado com nossos corpos, que por sua vez, são marcados pela opressão, invisibilidade, pelo racismo e pelo sexismo.

O estudo de Souza (2024), ao investigar o uso de plantas medicinais e ancestrais em uma comunidade quilombola da região do arquipélago do Marajó, situado no estado do Pará, região Norte do Brasil, aponta que os conhecimentos tradicionais fortalecem a identidade cultural do povo quilombola, contribuem para a conservação territorial e a sustentabilidade natural. Acrescenta ainda em seus resultados que o uso de ervas e plantas medicinais figura como uma estratégia de resistência frente aos processos de cura, cuidado, bem como na proteção e garantia do seu território, uma vez que esses recursos naturais essenciais estão dispersos pelas extensas áreas territoriais dessas comunidades.

Souza *et. al.* 2023, aponta em seu estudo a riqueza de um conhecimento ímpar herdado pelo povo quilombola e ribeirinho, que na comunidade de Canta Galo, localizada no município de São Miguel do Guamá, nordeste paraense, soma-se a uma herança cultural do povo há séculos, conhecimento esse sobre as potencialidades de cura por meio dos recursos vegetais, que são repassados e preservados de geração em geração. Além disso, o estudo aponta um vasto número de 65 espécies confirmadas, evidenciando mais uma vez o conhecimento etnobotânico local que emerge das necessidades e ancestralidade do povo local.

2.2 O coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade, como ancestralidade e resistência

Iniciar a escrita deste capítulo me causou aflição e medo, aflição sentida quando refleti sobre todos os relatos que a mim foram depositado, quando realizei quatro momentos de pesquisa de campo sobre o uso de ervas e plantas medicinais em três comunidades que integram o território quilombola do Itacuruçá, que por sorte e destino sou pertencente. Início com esse relato, pois foi a partir de anseios e desejos de um espaço coletivo ou individual de cultivo de plantas medicinais que curam e alimentam que o coletivo, o qual será enfatizado a seguir, se forja.

Relato o medo dentro dessa experiência, pois por muito tempo nós mulheres negras fomos taxadas como incapazes de trilhar caminhos brilhantes e promissores. De ocupar espaços que eram e ainda são vistos como espaços mais propícios para homens estarem, não necessariamente por mérito deles, mas, pela força opressora da colonização, machismo, sexismo e classismo, que invisibiliza o protagonismo e renega o conhecimento que nossos corpos femininos representam na sociedade. E portanto, nós mulheres estamos sempre lutando por algo contra alguém, não porque queremos, mas porque somos obrigadas.

Na introdução deste trabalho trago as minhas travessias para cunhar um conhecimento que é considerado pela sociedade como maior e mais importante, em relação ao conhecimento que me constitui enquanto sujeito quilombola. E que ao me deparar enquanto Bióloga, e aprendiz de antropóloga, compreendo que esse conhecimento não é mais importante que o meu, e portanto, essa minha travessia, apesar de ser única nunca foi solitária, pois antes de mim muitos abriram portas para que eu pudesse acessar espaços que representam para mim e para a comunidade ferramentas de fortalecimento.

Pensando nesse movimento de resistência e empoderamento que surge o coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade o qual foi fundado inicialmente por mim, Priscila Torres, Thais Torres, Diliane Ferreira, Ivanete Ferreira, Nayra Correia e Silviane Couto, posteriormente souvou-se a nós Dona Cristina, Kennedy Costa e Míria Gomes, todos oriundos do quilombo do Baixo e Médio Itacuruçá e Ipanema, comunidades essas localizadas na região das ilhas do município de Abaetetuba, Pará.

O referido coletivo foi fundado em 12 de junho de 2023, a partir de conversas entre as fundadoras do mesmo, que naquele momento estavam inseridas em cursos de graduação ou graduadas pela Universidade Federal do Pará, no campus Belém. A priori a ideia inicial era de criação de um projeto para trabalhar sobre as plantas medicinais no quilombo, pois duas de nós, integrávamos e ainda integramos grupo de pesquisa e projeto de extensão na UFPA sobre a temática central desta dissertação. Nessa iniciativa poderíamos também trabalhar os resultados obtidos na pesquisa acadêmica para fortalecer de alguma forma o nosso conhecimento tradicional, pois uma das observações resultantes da pesquisa foi a baixa frequência de uso da medicina ancestral pelas gerações mais novas do quilombo, em comparação com a geração mais antiga.

E em uma tarde de pesquisa de campo em diálogo com uma das nossas interlocutoras da pesquisa na comunidade do Médio Itacuruçá, que é enfermeira na UBS da localidade, minha prima e eu após na finalização da aplicação do questionário, iniciamos o diálogo com Ivanete sobre a ideia de criação de um projeto relacionada a temática a qual vínhamos pesquisando. É importante ressaltar que a grande maioria de nós quilombolas, que entendemos as necessidades

de nossas comunidades, compreendemos o sentido de coletividade e adentramos a Universidade pelo processo seletivo especial para quilombolas (PSE), trazemos conosco o anseio de um retorno, que ao meu olhar é válido e essencial para os nosso Quilombo, a partir de nossas formações acadêmicas seja fortalecido.

Foi uma conversa inspiradora e empolgante, de lá já saímos com nomes de outras mulheres para convidar a se juntar conosco na ideia. Após os convites realizados, começamos a nos reunir e mobilizar para criar estratégias de acessar editais de fomento, parcerias, locais para realizar as atividades, e pensar também no público a ser mobilizado pela ideia. A formação das integrantes do coletivo é bem diversa, e isso possibilita pensarmos em várias frentes de atuação para alcançarmos um público maior da comunidade.

Com o objetivo inicial de realizar a construção de um Jirau Medicinal Quilombola no Itacuruçá, decidimos fazer a escrita do projeto para concorrer a um edital de fomento. Na primeira tentativa não obtivemos êxito, mas continuamos a nossa mobilização nas parcerias locais e com ONGs que pudessem nos auxiliar nas atividades. Posteriormente surgiu a oportunidade de um outro edital, e realizamos nossa inscrição e fomos contempladas.

A chamada do edital para o qual fomos selecionadas/os era pelo Fundo Casa Socioambiental³¹ e sobre resiliência climática e equidade de gênero, voltada para ações que buscassem fortalecer soluções climáticas baseadas em quatro linhas temáticas principais, sendo elas, (1) fortalecimento institucional, (2) Incidência de organizações de bases comunitárias mistas, (3) proteção de florestas e Governança Territorial e (4) Soluções climáticas justas, sendo esta última a qual nosso projeto melhor se encaixava.

Os editais de fomento ou apoio tem figurado com uma importante estratégia de fortalecer as bases comunitárias através de formações que valorizem os conhecimentos dos povos amazônicos. Esse viés se faz necessário, uma vez que, cria formas de incidência política de enfrentamento ao descaso institucional quanto a garantia dos direitos básicos desses indivíduos. O coletivo Mãe Preta se torna desta forma um agente importante para essa incidência social, racial, política, educacional e ambiental que tem buscado multiplicar as ferramentas e estratégias de enfrentamentos as mazelas sociais dentro do território quilombola do Itacuruçá, e portanto, reacende a vontade de luta e defesa dos comunitários.

Começamos nos organizando através de encontros mensais para planejar estratégias de construção de escrita de projeto, criação de redes sociais e formas de mantê-las. Inicialmente tivemos encontros de forma remota via *WhatsApp*³², acrescido de encontros presenciais nas

³¹ O Fundo Casa Socioambiental é o primeiro fundo socioambiental da América do Sul e tem como objetivo construir estratégias que valorizem o protagonismo dos povos locais na preservação dos grandes biomas regionais e luta incansavelmente pela preservação do planeta.

³² *WhatsApp* é uma plataforma de comunicação grátis muito utilizada para conversas diversas, chamadas de voz e

comunidades do Baixo e Médio Itacuruçá. Nos encontros buscamos formas de realizar formações que nos eram demandadas pelas comunidades, mas nem sempre conseguimos devido ao tempo corrido das integrantes que além das demandas do projeto tinham seus afazeres na vida pessoal, profissional, educacional e comunitária.

Figura 38- Reunião online realizada pelo grupo



Fonte: Priscila Torres, 2024.

A aprovação no edital de fomento foi a oportunidade não somente de realização de um projeto coletivo sobre plantas medicinais, mas possibilitou em nós enquanto mulheres quilombolas incidência política, social, cultural e identitária. Como relata algumas coordenadoras do coletivo *“nosso coletivo tem resgatado e compartilhado nossa cultura e modo de compartilhar conhecimento, tem despertado o interesse para algo que que a sociedade olha de forma negativa, mas que para nós tem sido a representação efetiva de saúde, coletividade, resiliência, resistência e conhecimento, conhecimento esse que se multiplica a cada atividade que realizamos”* (grifos da autora referente a falas das coordenadoras).

Inicialmente nos propomos a realizar a criação de um jirau medicinal quilombola no Itacuruçá, desenvolvendo atividades que pudessem incluir os moradores locais na construção e participação nas atividades. Essas atividades tinham o intuito de fazer o resgate do conhecimento e uso das ervas e plantas medicinais incentivando esse uso de forma consciente e identitária. Além de realizar trocas de mudas que pudessem multiplicar a variedade de espécies presentes no TQ de Itacuruçá, contribuindo assim para a saúde das pessoas, fortalecer a identidade quilombola, melhorar as questões climáticas locais, e figurar como resposta às pressões sobre o território, na resistência ao apagamento dos nossos conhecimentos ancestrais, de nossos *“corpos território”*, e o acesso a políticas públicas.

vídeo, e também é utilizada para compartilhar fotos, vídeos, documentos etc.

Mesmo compreendendo que o projeto inicial que submetemos era para trabalhar no espaço do jirau com plantas medicinais e PANCs, em relação à última por sua vez houve muitos contratemplos que nos tiraram o foco deste objetivo específico, como o desconhecimento mais aprofundado da temática e não conseguimos parcerias que pudessem trabalhar esse ponto específico conosco, mas que não acarretou em problemas sérios para o projeto. Mas somente um tempo depois compreendi que não conseguimos alcançar tal objetivo pelo significado da sigla PANCs, que soava estranha e ainda soa dentro de nossas comunidades.

*O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada.
Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra.*

Grada Kilomba

E mais uma vez percebo como o conhecimento eurocêntrico e colonial é excludente, porque o que representa para a sociedade hegemônica as PANCs, passo a entender que para nós povos de cosmovisão, termo cunhado e defendido pelo quilombola Nêgo Bispo, nada mais é do que as plantas que também nos alimentam (chicória, jambú, ora-pro-nóbis, caruru, vinagreira entre outras), porém não tão usadas dependendo da cultura do povo local. E a partir de uma nomenclatura da palavra PANC não conseguimos direcionar também atividades relacionadas a temática que foi sugerida por uma das fundadoras do coletivo, e que infelizmente não pode contribuir diretamente com as atividades do projeto ao longo desse período.

A etapa da escrita do projeto foi desafiadora, não tínhamos ideia de como era a escrever um projeto para arrecadar fundos para a efetivação de nossa ideia. De uma coisa sabíamos, não seria fácil fazer a escrita, pois alguns editais o processo de submissão de propostas são complexas. Às vezes as organizações que financiam projetos de cunho que era o nosso, apresenta burocracias que nos impedem de acessar os recursos. Além desse fato, ainda tinha a questão das demandas acadêmicas, profissionais e pessoais da coordenação do coletivo, dificuldade essa que atravessa até os dias atuais o desenvolvimento das atividades, mas que não nos impediram de seguir em frente.

Figura 39- Primeira reunião presencial para programar a primeira atividade do projeto



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2024.

Antes de adentrar mais detalhadamente sobre as ações realizadas pelo coletivo acho importante apresentar o meu envolvimento com a temática de pesquisa e a fundação do coletivo. Mesmo que eu já tenha tocado anteriormente em algum ponto no decorrer desta dissertação a minha justificativa sobre a minha motivação pela temática em questão, cabe aqui retornar em pontos que não foram descritos antes para registrar que a minha escolha é uma escolha atravessada por muitos sonhos, sonhos meus, das mulheres que me criaram, das mais velhas e mais novas, de professoras, estudantes, parteiras, benzedeiras e tantos outros sonhos, sonhos esses que a cada escuta, conversa ao meio da natureza, a beira do rio, se transformou em um coletivo que pulsa ancestralidade e afeto.

No ano de 2021, eu enquanto estudante de Ciências Biológicas na Universidade Federal do Pará, precisei realizar um trabalho para a disciplina da graduação (Homem e Meio Ambiente), e por estarmos em um contexto de pandemia precisaria ser um trabalho possível de ser realizado respeitando todas as medidas de segurança orientadas pela OMS. Nesse mesmo período estávamos tendo aulas online, e eu estava no quilombo, e foi então que surgiu a ideia de realizar um trabalho com o tema do uso e saberes de ervas e plantas medicinais utilizados pela comunidade à qual faço parte.

Considerando o contexto em que vivíamos - pandemia da COVID-19 - decidimos em conjunto, eu e meus colegas de turma, e que faziam parte do grupo de trabalho da disciplina, e

com orientação da Professora Voyner Ravena-Cañete, que ministrava aula na disciplina da graduação e que ficou incumbida de nos orientar, pesquisar o tema “Uso de plantas medicinais na comunidade quilombola do Baixo Itacuruçá: saberes para o enfrentamento da COVID-19”, que gerou um capítulo de livro posteriormente.

Após o trabalho fui convidada pela professora Voyner Ravena-Cañete³³ para participar do projeto de extensão Farmácia de Quintal como bolsista para atuar no projeto sobre o uso e saberes de ervas e plantas medicinais no TQ de Itacuruçá, e a partir desse momento comecei a me inserir mais a fundo em tal conhecimento que tece minha vida enquanto quilombola da comunidade local.

Quando realizei os primeiros dois episódios de pesquisa de campo, era muito relatada a vontade de ter hortas em suas casas ou hortas comunitárias na localidade como destaca uma das interlocutoras e moradora da comunidade do Baixo Itacuruçá na pesquisa do ano de 2022, “meu sonho era ter uma horta na comunidade ou na escola daqui, isso traria muitos benefícios para todos nós” (Maria Tereza, 2022). Maria Tereza por coincidência é minha tia e foi minha professora na comunidade, ela nos trouxe um relato emocionante e cheio de afeto, resistência e fé, pois ela relata o significado e importância que as plantas medicinais tem na vida da família dela, pois é através dessa medicina ancestral que segunda ela, ela obteve a cura de suas enfermidades, de seus filhos e outros membros familiares. A mesma possui a formação em magistério e em Ciências Naturais, e seu TCC investigou o uso de plantas medicinais na comunidade do Baixo Itacuruçá³⁴.

Nos anos posteriores 2023 no Médio Itacuruçá e 2024 no Alto Itacuruçá, juntamente com outra bolsista do mesmo projeto realizamos mais duas pesquisas de campo, e frequentemente era relatado a mesma vontade pelas/os moradores sobre a vontade ou necessidade de hortas comunitárias, ou ainda de jirau, como é mais frequente chamar os espaços onde são cultivadas as plantas medicinais entre nós moradoras/es da comunidade. Dito isso, avançaremos a seguir nas ações após a formação do Mãe Preta.

2.3 Ações

Em agosto de 2024 iniciamos as atividades do projeto, e era tudo novo para nós, pois não sabíamos como realizar e conduzir um projeto de tal porte, só sabíamos que precisávamos fazer acontecer. Programamos a primeira atividade e dividimos as tarefas para não sobrecarregar ninguém, mas nos deparamos com os obstáculos dois dias antes da nossa primeira

³³ Professora da Universidade Federal do Pará, coordenadora do grupo de pesquisa em Ecologia Humana, Natureza e Povos Amazônicos e minha orientadora.

³⁴ SOUZA, Elza Maria Silva da; TORRES, Maria Tereza Santos dos; PINHEIRO, Marigliadys Pinheiro e. Investigação do uso de plantas medicinais em uma comunidade de remanescentes quilombolas (Itacuruçá-Abetetuba-Pará). Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciência Naturais) - Universidade Federal do Pará, Abetetuba, 2013. <https://bdm.ufpa.br/items/4706053c-830d-4ffe-9aff-754bf4eb7fb8>.

atividade, o mutirão da construção do jirau, essa atividade tinha sido bastante mobilizada e desmobilizar naquele momento era muito frustrante. Decidimos não cancelar e em dois dias nos empenhamos quase 24h para conseguir materiais, pessoas, embarcações para o transporte, alimentação entre outras coisas. Mas no final conseguimos realizar o mutirão, com a ajuda coletiva que o nosso povo representa.

Figura 40- 1º mutirão de construção coletiva do jirau medicinal



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2024

Figura 41- 1º mutirão de construção coletiva do jirau medicinal



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2024.

Inicialmente desde a escrita tínhamos como ponto central para a construção do jirau medicinal um espaços onde houvesse um fluxo maior de acesso das famílias locais, e foi então que surgiu a ideia de ser na Unidade Básica de Saúde (UBS), que por sua vez era um espaço de

movimentação intensa de moradoras/es das comunidades, e tinha um espaço suficiente nos fundos que comportava uma estrutura ampla e viável para as atividades, conforme evidencia as fotos anteriores. Contudo, no decorrer das ações e atividades não tivemos a adesão esperada seja da comunidade, como dos próprios funcionários da UBS.

Após a criação da infraestrutura definimos as metodologias para as atividades, sempre buscando metodologias atrativas e eficazes que pudessem valorizar a prática e conhecimentos individuais e coletivos de cada participante. Essa dinâmica possibilitou a imersão de cada participante em reflexões que sempre valorizasse e compreendesse cada especificidade de nossa identidade cultural e dos nossos saberes ancestrais. E buscamos explorar as percepções dos participantes sobre questões relacionadas ao território, impactos ambientais, valorização de conhecimentos tradicionais, cura, alimentação saudável, saúde, adesão a alternativas sustentáveis importantes para nossa vida comunitária.

Inicialmente tínhamos entre 11 e 15 pessoas compondo o coletivo, 6 coordenadoras - eu Priscila Torres, Thais Torres, Nayra Correa, Diliane Maciel, Ivanete Ferreira Silviane Couto, 1 apoiadora Cristina -, que decidiu sair do grupo ainda no período de escrita do projeto, mas que se prontificou a participar nas atividades posteriormente. Além de outros apoiadores, em sua maioria familiares e amigas/os de alguma das coordenadoras, a nossa associação representativa (ARQUIA) nas pessoas da coordenadora geral, Mayara Abreu e a coordenadora de finanças, Maria Luzinete Santos, que se dispuseram a construir conosco sempre que precisássemos e elas conseguissem conciliar as atividades com as tantas outras demandas delas. Tínhamos também a Dona Helena, rainha quilombola e Griô³⁵ da comunidade.

As atividades se debruçaram no viés de articulação com os saberes tradicionais e ações práticas de valorização e fortalecimento dos conhecimentos ancestrais, principalmente das mulheres quilombolas no uso de ervas e plantas medicinais, já que elas são as maiores protagonistas nesse saber-fazer. E como já foi mencionado no tópico anterior nós mulheres estamos diretamente ligadas a relação de cuidado com a saúde e com o meio ambiente, através dos nossos conhecimentos de como manusear a terra, de como podar, regar e conversar com as plantas e com o que está ao nosso redor, seja visível ou invisível na percepção dos “outros”.

Durante, mais ou menos 14 meses, foram realizadas 20 atividades pelo coletivo, sendo elas atividades individuais ou em parcerias com os parceiros firmados ao longo da trajetória do coletivo. Dentre as atividades contamos com (oficina, roda de conversa, encontros, feiras, mostra e intercâmbio) de cuidado, cultivo de plantas medicinais, empoderamento feminino e

³⁵ Griôs são pessoas em sua maioria mais velhas detentoras de um saber ancestral que é reconhecido pela comunidade, como por exemplo as remedeiras (os), as parteiras, as benzedeiras (os), puxadores (os), curandeiras (os).

ecológico, partilhas de vivências e experiências, eventos locais e avaliação do projeto. Alguns com um público maior, outros nem tanto, porém todas as atividades foram muito produtivas e inovadoras. E partindo disso passo a descrever as atividades realizadas pelo coletivo como forma de apresentar a potência do projeto que figura como “espinha dorsal” desta dissertação.

Além das incidências e aprendizados adquiridos nas atividades, elas possibilitaram também a geração de renda para os moradores da comunidade, pois alguns serviços específicos demandam a procura por um profissional específico, como carpinteiro e vendedor de madeira. Além disso, no que diz respeito a transporte e alimentação para as ações todos os materiais necessários eram adquiridos das mercearias e produtores da comunidade como forma de fortalecer a economia e agricultura familiar local. O espírito coletivo foi essencial para ocorrer o projeto, pois os moradores doaram embarcação para o transporte, alimentos produzidos na própria comunidade, e também muitas mulheres se colocaram à disposição para fazer a alimentação para consumo nas atividades.

Por várias vezes observei membros do coletivo durante as atividades de cuidado, plantio e manutenção no jirau, primeiramente pedir licença aos seus guias, a mãe terra e as divindades antes de manusear qualquer planta, e eu ficava me perguntando o que os levava àquele momento? Apesar de ficar muito receosa em pergunta sobre o acontecimento.

E essa instigação me acompanhou por muito tempo até que um certo dia, em uma área do quintal de casa minha mãe, minha tia Elizia e eu fomos levar algumas plantas que estavam em vasos provisórios para crescerem e, posteriormente, no tempo certo colocá-las para o chão (terra). Então, observei minha mãe conversando paralelamente ao que eu e minha tia falávamos e então fiquei em silêncio e observando aquele momento, e após ela arriar a planta no chão e retornar a conversar com suas filhas sanguíneas, lhe perguntei com quem ela estava conversando e porque?

Ficamos em um breve silêncio e não tive resposta naquele momento, depois de alguns minutos ela (minha mãe) voltou o olhar para mim e me respondeu, não exatamente com essas palavras, mas que era mais ou menos esse o sentido de sua fala *“minha filha, é preciso conversar com as plantas, com a terra, com os seres que estão aqui neste lugar e pedir licença e ajuda para que esse ser (planta) possa vingar. Esse espaço não é nosso, e tudo que não é dele é preciso que seja abraçado e aceito, mas eu tenho fé em Deus que elas vão pra frente”*, ressaltou ela mais uma vez.

Foi então que eu percebi novamente o quão a nossa espiritualidade está interligada com a nossa ancestralidade e com os nossos conhecimentos de estar nesse mundo. É preciso que tenhamos a compreensão de cada detalhe que faz girar esse conhecimento ancestral, para de fato entendê-lo e respeitá-lo. Foi a partir daquele episódio que eu comecei a ter muitas crises,

boas e algumas não tão boas, para compreender de fato, o meu próprio lugar que é atravessado ou não por esse conhecimento das ervas e plantas medicinais. Compreendo que essas crises só me foram possíveis a partir da materialização do coletivo Mãe Preta que me obrigava a me ressignificar enquanto quilombola e pesquisadora a cada atividade avançada no projeto, pois eu era uma das figuras que estavam a frente de cada atividade e ação que realizamos.

Com o passar dos meses os tensionamentos se afloram ainda mais para mim, pois ao mesmo tempo que eu estava enquanto pesquisadora nas atividades, já que eu me propus a seguir com a temática de ervas e plantas medicinais no curso de mestrado, eu também era acionada primeiramente enquanto um sujeito quilombola que tinha a sua vida tecida por cada temática trabalhada nas ações e por cada enfrentamento que tínhamos nesse período. E, portanto, me sentia ainda mais instigada a pensar desdobramentos que pudessem colaborar e fortalecer o projeto na comunidade.

Uma das estratégias que o coletivo utilizou para se fortalecer foi firmar parcerias com outros coletivos locais, organizações e associações locais, a própria Universidade Federal do Pará através de grupos de pesquisa e extensão, que culminaram em outros leques de possibilidades de ações e frentes a serem trabalhadas ou somadas as nossas proposições. E aqui destaco algumas atividades muito marcantes que possibilitou outras sociabilidades entre indivíduos.

Dentre as atividades está o intercâmbio entre o coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade e o coletivo Iiê Açú, da comunidade do Tauerá-Açú³⁶, pertencente ao território ARQUIA. O referido coletivo é composto totalmente por mulheres que trabalham com plantas medicinais, empoderamento feminino, lutam pela garantia ao território. No intercâmbio foram acionados vários conhecimentos relacionados às plantas medicinais presentes nas duas comunidades, suas indicações, forma de preparo e o local onde encontrá-las. Além disso, foi realizado um momento de partilha coletiva de alimentos que estão inseridos em nossos modos alimentares.

No momento da partilha, a maioria dos relatos foram feitos pelas mulheres que estavam presentes, e a cada relato percebi que todas refletiam para as suas próprias vivências com as plantas medicinais ou com a medicina ancestral. Na oportunidade também pudemos refletir sobre a história da nossa luta enquanto povo quilombola para a garantia de nosso território, e além de colocarmos naquele momento vários nomes de pessoas que são mestres anciãos

³⁶ Tauerá Açú é uma comunidade quilombola que integra o território ARQUIA, a comunidade fica há 30 minutos de barco ou carro da comunidade do Itacuruçá. O motivo de escolha do intercâmbio ser nessa comunidade foi da mesma possuir dois grupos de mulheres sendo um deles que trabalha também com o cuidado e uso de ervas e plantas medicinais.

detentores dos conhecimentos tradicionais, como as parteiras, as benzedeadas, os pajés, curandeiros e nossas remedeiras que são pessoas importantes para nós enquanto quilombolas.

Na oportunidade, trocamos conhecimentos, vivências, afeto, aconchego, incentivos, estratégias positivas e desafios enfrentados em cada coletivo, além de uma diversidade de espécies de plantas presentes nas duas comunidades, e melhor, que são cultivadas nos quintais, jiraus e matas das comunidades. Os registros abaixo demonstram mais um pouco da experiência do intercâmbio.

Figura 42- Intercâmbio entre os coletivos Mãe Preta e Aiê Açú



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 43 - Plantas medicinais usadas na dinâmica do intercâmbio



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 44- Momento de plantio de mudas de plantas medicinais por um representante de cada comunidade presente



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 45- Partilha das mudas plantadas na atividade



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 46- Momento de partilha de experiências



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025

Saber o tempo em que a terra está boa para plantar, reconhecer as nossas energias antes e ao ter contato com as plantas, conhecer e aprender como fazer as mudas e de que parte pode ser feita essa multiplicação, conhecer como usar e para que enfermidade ou cuidado usar determinada espécie, são alguns dos diversos conhecimentos e cuidados que precisamos ter para que as plantas possam estar bem e prosperar.

Dona Rosa - mulher quilombola da comunidade do Médio Itacuruçá, disse algo que me marcou profundamente em um certo dia em que fui à sua casa. Ao me convidar para entrar, ela me levou até o seu jirau de lavar louças, em uma segunda cozinha de sua casa, alguns pés de babosa, catinga de mulata e caroços de mamão para plantar. Então ela me disse:

Minha filha tenho uns pés de plantas para levar pro nosso jirau, mas ainda não tive tempo e nenhuma viagem pra lá, mas quando eu for eu vou levar elas, por enquanto eu tô aqui conversando com elas para que elas não morram, porque elas vão ser essenciais para nos ajudar quando nós precisar, não é verdade? Então eu respondo que sim. Ela retoma a fala e diz: eu só fico preocupada porque não tenho terra, mas lá no nosso jirau nós temos, mas a catinga de mulata ela é muito melindrosa e pode morrer se não cuidar bem ou ela ficar muito exposta ao sol, mas eu já conversei com elas.

Então eu pergunto: *mas porque conversar com elas Dona Rosa?* Ela dá um sorriso meio de canto e diz, *é minha filha, as plantas são que nem nós, nós não precisamos conversar com as pessoas? Assim mesmo as plantas, elas conversam entre elas e*

precisam que nós também converse com elas. E ela me surpreende com a pergunta: tu não conversa com as tuas não, menina? E eu sem jeito e acanhada respondo, não tanto como a senhora, às vezes eu esqueço de conversar com elas Dona Rosa, pra ser sincera. Mas a partir de hoje vou conversar com elas todos os dias.

Essas percepções de ver e pensar o mundo e tudo que nele há, reafirma que a nossa relação com as outras vidas que nos cercam evidencia a nossa cosmovisão. E nessa perspectiva que Santos (2023) nos coloca que seu pensamento não é sozinho, mas que enquanto um relator de saberes e pensamentos ele pensa junto com as árvores e todas as outras vidas.

No quadro a seguir busco apresentar de forma resumida um pouco das atividades realizadas pelo coletivo Mãe Preta, no projeto Jirau Medicinal Quilombola do Itacuruçá, bem como o objetivo de cada proposta realizada, do público que participou, além de enfatizar as nossas parcerias construídas ao longo do projeto. A descrição do local de realização da atividade preferi descrever como forma de demonstrar que apesar da infraestrutura do Jirau estar presente na comunidade do Médio Itacuruçá, no espaço da UBS a essência de construção do coletivo se debruça por outras comunidades do território, pelo fato de entendermos que o saber tradicional ele é compartilhado em um universo sem delimitações que vai além dos espaços físicos propostos pelo ser humano.

Quadro 1- Atividades realizadas pelo coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade

Descrição da atividade	Objetivo	Público alçando	Atividade realizada com parceiros	Local
Mutirões	Limpeza do local da UBS e posteriormente construção da infraestrutura do Jirau medicinal quilombola do Itacuruçá	Mulheres, homens (jovens, adultos e idosos)	Não	Comunidade do Médio Itacuruçá
Oficina de técnicas de cuidados com a terra para cultivo de plantas medicinais	Compartilhamento de conhecimentos sobre cuidados e preparo da terra para cultivar espécies vegetais, utilizando adubos orgânicos; identificação de saúde da terra presente nas casas dos moradores	Mulheres e homens (jovens, adultos e idosos)	Não	Comunidade do Médio Itacuruçá

Oficina de compostagem orgânica	Dialogar sobre a compostagem orgânica e práticas de adubos orgânicos domésticos, montagem de uma leira de composteira e premiação de uma compostagem de baldes	Moradores da comunidade (jovens, adultos e idosos), professores e estagiários do curso de agroecologia da Universidade Federal do Pará (campus Abaetetuba)	Sim (professores da UFPA- Abaetetuba)	Comunidade do Médio Itacuruçá
Cultivo de plantas medicinais	Plantação de espécies de plantas medicinais presentes na território do Itacuruçá no jirau medicinal quilombola	Moradores da comunidade (Crianças, jovens, adultos e idosos)	Não	Comunidade do Médio Itacuruçá
Manifestação em defesa do território do Itacuruçá	Ato em defesa do território do Itacuruçá que vinha sendo afetado por crimes ambientais causados pela Fazenda Pontilhão	Moradores em geral das comunidades do Alto, médio e Baixo Itacuruçá, Ipanema, Arapapuzinho e Arapapu	Sim (ARQUIA)	PA-151
Curso de agentes ambientais	Curso de formação sobre conhecimentos sobre preservação ambiental, manejo sustentável, reciclagem e mudanças climáticas	Moradores das comunidades do Baixo e Médio Itacuruçá, Ipanema e Arapapuzinho	Sim (Coletivo UBUNTU e SEMEIA)	Comunidade do Baixo Itacuruçá
Intercâmbio de Saberes ancestrais: confluências, resistência e ancestralidade	Momento de partilha de experiências, vivências, conhecimentos e mudas de plantas medicinais entre o coletivo Mãe Preta e o Aiê Açú, da comunidade de Tauerá-Açú	Participantes do coletivo Mãe Preta, Ubuntu e do coletivo Aiê Açú, tendo a presença de crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e lideranças locais	Sim (coletivo UBUNTU, Aiê Açú)	Comunidade do Tauerá-Açú
Feira de exposição cultural e amostra dos coletivos	Momento de partilha de conhecimentos que integram a cultura e modo de vida do povo	Moradores em geral (crianças, adolescentes, jovens, adultos e	Sim (Coletivo Ubuntu e escola)	Comunidade do Baixo Itacuruçá

UBUNTU e Mãe Preta	quilombola do Itacuruçá, onde houve várias oficinas temáticas dentre elas amarração de turbantes, confecção de biojóias, pintura em telhas, artesanato, capoeira, jogos e brincadeiras ancestrais, preparação de remédios caseiros, compartilhamento de mudas de plantas medicinais, composteira orgânica, crochê, degustação de produtos da agrobiodiversidade local com enfoque para os produtos da roça de manivas, exposição de produtos de artesãos locais, vendas de comidas típicas e apresentações culturais	idosos), escolas e coletivos parceiros	Quilombola Santo André)	
Participação em eventos dentro do território	Participação em formações, palestras, fóruns, oficinas, reuniões etc no território ou fora dele	Coordenação e participantes do coletivo	Sim	-
Formalização de parcerias	Construir parcerias com organizações disposta a somar com o coletivo para fortalecer nossas lideranças e moradores das comunidades de atuação do coletivo	Coordenação do coletivo e parceiros	Sim	-
Atividades de cuidado e manutenção do jirau medicinal	Momento de cuidado e compartilhamento de experiências e mudas de plantas do jirau com	Integrantes do coletivo	Não	Comunidade do Médio Itacuruçá

quilombola do Itacuruçá	os moradores das comunidades			
Discussão de extensão do jirau coletivo para a comunidade do Baixo Itacuruçá	Construção de uma infraestrutura para o cultivo coletivo das plantas na comunidade do Baixo Itacuruçá	Coordenadoras do coletivo, parceiros e lideranças locais	Sim	Online

Fonte: elaborado pela autora (Priscila Torres), 2026.

A seguir apresento fotos de atividades descritas no quadro acima.

Figuras 47- Crianças sentindo as plantas usadas no banho cheiroso e de proteção



Figura 48- materiais usados para produção dos remédios



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025

Figura 49- Dona Helena explicando sobre as plantas



Figura 50- Pessoas observando o preparo dos remédios



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025

Figura 51- Compartilhamento de plantas medicinais



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 52- Oficina de turbante



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 53- Mulheres quilombolas participantes do desfile após a oficina de turbante



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 54 e 55- oficina de pintura em telhas



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 56- Apresentação cultural da escola Quilombola Santo André



Fonte: coletivo Mãe Preta, 2025.

Figura 57 e 58- Mulheres da comunidade ensinando adolescentes a tecer crochê



Fonte: coletivo Mãe Preta e Ubuntu, 2025.

Figura 59- Mulheres aprendendo com Pérola a fazer biojoias



Fonte: acervo do coletivo Mãe Preta, 2025.

2.4 O uso de práticas de cuidado no TQ de Itacuruçá: uma experiência a partir do coletivo Mãe Preta: sementes da ancestralidade

Este tópico identifica e evidencia o uso das plantas medicinais no TQ de Itacuruçá a partir das ações do coletivo Mãe Mãe Preta: sementes da ancestralidade. Em todo o território de Itacuruçá é evidente o protagonismo de mulheres quilombolas na perpetuação do saber-fazer ancestral de cuidados e cura de doenças e males espirituais, por meio do uso de ervas e plantas medicinais.

No contexto de saberes tradicionais de ervas e plantas medicinais, as mulheres são as maiores detentoras desse saber, evidenciando o seu protagonismo. O cenário presente no coletivo é que as mulheres são majoritariamente, quem pensam e constroem estratégias de resistência e saúde em suas comunidades a partir de seus conhecimentos específicos locais como forma de bem viver através do uso da medicina ancestral. É importante ressaltar que mesmo que a medicina popular seja fortemente presente, as comunidades não descartam o acesso a medicina convencional, mesmo figurando como um ponto de dificuldade extrema para acessá-la.

Na pesquisa de Carvalho (2025), desenvolvida na comunidade quilombola do Médio Itacuruçá, no município de Abaetetuba (PA), a autora apresenta as relações que as mulheres da comunidade *locus* da pesquisa, possuem com os saberes e fazeres de ervas e plantas medicinais que por elas são cultivadas. Para além disso, a pesquisa evidenciou o papel de protagonistas que as mulheres exercem no território em relação às práticas de cuidado à saúde que reverberam em um saber ancestral revelado a um patrimônio cultural local. Mais uma vez reafirmando a importância de um coletivo constituído em sua maioria por mulheres.

Sobre essa medicina, Cardoso, *et al* nos diz que (p. 124, 2024) “cria táticas de prevenção e tratamento de enfermidades muito peculiares, ela está inserida dentro da cosmovisão de cada povo e, constantemente, é recriada e reinventada de acordo com o contexto de cada grupo”, e portanto, essas práticas são utilizadas pelas comunidades, já que oferece retorno positivo para os problemas de saúde do corpo e do espírito para o povo que ali vive.

O saber fazer com as ervas e plantas medicinais está, portanto, no mundo das mulheres. E no território quilombola do Itacuruçá se insere o cotidiano de Dona Helena, mulher preta, quilombola da comunidade do Baixo Itacuruçá, de 81 anos, cultivadora de plantas medicinais em jirau suspenso ao fundo de sua casa feita de madeira e com mais ou menos 4 compartimentos. Dona Helena é uma das mulheres mais reconhecidas do coletivo Mãe Preta como detentora de inúmeros ofícios relacionados aos saberes ancestrais, é uma das responsáveis pelo fazer dos remédios caseiros (chás, afumeto, xarope, choque, etc), ela também se

denomina como puxadeira e parteira, apesar de não exercer mais a última função citada³⁷, ela foi responsável pelo nascimento de muitas moradoras/es das comunidade e proximidades. Ela também é uma das pessoas que mais demonstra preocupação quanto a perpetuação desse conhecimento ancestral como evidência em sua fala:

[...] com o passar dos anos as gerações não vão querendo mais usar o remédio da terra e passam a usar o remédio da farmácia porque é mais fácil, porque é só comprar e tomar e não tem trabalho nenhum de ir pegar a determinada planta, colocar para preparar o remédio, o chá, o xarope, e o efeito do remédio da farmácia é mais rápido do que o do remédio da terra, porém eles não sabem que esse remédio da farmácia é feito também da mesma planta que tem no quintal da casa dela, e ela nem imagina que ele pode fazer bem naquele momento, mas lá na frente pode fazer mais mal, porque por mais que ele seja feito de planta ele já é modificado, alterado, e o remédio da terra não, ele é natural, ele não é modificado [...] (H.B, 2024).

Dona Conce, quilombola e moradora da comunidade do Médio Itacuruçá, de 67 anos, mãe de Ivanete Santos, mulher quilombola, liderança comunitária, enfermeira e coordenadora na UBS local e coordenadora do coletivo Mãe Preta, figuram como importantes agentes no repasse das práticas de saúde relacionadas a ervas e plantas medicinais. Ivanete conflui os conhecimentos adquiridos no contexto acadêmico com seu conhecimento ancestral repassado por sua mãe e avó para construir uma saúde de qualidade que respeite o contexto histórico e étnico de seu povo quilombola. A enfermeira sempre ressalta a importância do seu conhecimento tradicional em sua profissão. A figura abaixo mostra Ivanete e Dona Conce compartilhando saberes sobre a terra em uma das atividades do coletivo.

Figura 60- Dona Conce e Ivanete mexendo na terra

³⁷ Em conversa ela, a mesma relata que já fez muitos partos e ajudou muitas mulheres da comunidade e de comunidades vizinhas, todas que solicitaram sua ajuda eram atendidas, fez partos de várias gerações do TQ Itacuruçá, e diz que hoje não exerce mais a função de parteira, devido sua idade, mas principalmente, pela falta na procura das mulheres para a realização do ofício. Ela fala ainda que, com o avanço da medicina da sociedade e das tecnologias as mulheres da comunidade preferem ir ao hospital na cidade quando começam a sentir os primeiros sinais de parto, muitas delas pedem logo para serem cortadas - realização de cesáreas - para não sentirem dor e assim o processo do parto ser mais rápido.



Fonte: acervo da autora, 2025.

Elisangela Torres (47 anos), Priscila Torres (28 anos), Thais Torres (27 anos) e Melyssa Gomes (2 anos) evidenciam a circulação do conhecimento entre gerações, principalmente, através dos laços de parentesco dentro das comunidades. Onde a figura feminina de mães, tias, avós, primas, filhas e outras são as responsáveis por esse repasse do saber-fazer. E compreendendo a partir do meu núcleo familiar, e de uma geração mais recente da comunidade, mesmo que esses laços familiares sejam fundamentais para que o repasse continue acontecendo, é preciso se pensar em reconfigurações de estratégias que vão além dos laços de parentesco e comunitários, é preciso fazer o movimento adotado pelo coletivo Mãe Preta, pensar a partir de políticas públicas de valorização, acesso e resguarde desses saberes.

As falas a seguir demonstram como o conhecimento é passado de forma geracional e entre mulheres, além de suas preocupações principalmente das mais velhas quanto ao interesse dos mais jovens sobre esse processo.

A minha mãe ensina, mas depois que foi crescendo a medicina (convencional ou moderna) e a gente foi parando mais de usar essas coisas, ninguém queria mais saber desses remédios da terra, mas quando eu tive meus filhos eu usava muito o chá de hortelã para a denteição, catinga de mulata pra febre. Eu não passei para meus filhos porque elas não fazem, eu ainda fazia para os meus, mas elas não faziam pros filhos dela, porque qualquer coisinha elas corriam pra farmácia (N. F, 2025).

Dentre as tantas práticas de cuidado utilizadas pelos sujeitos quilombolas, têm-se as parteiras, que auxiliam outras mulheres no trabalho do parto e no puerpério, os curandeiros e pajés, com seus modos de cuidar da saúde do corpo e do espírito, os puxadores, responsáveis pela saúde física, mas atrelada a uma cosmovisão mística, os benzedeiros com seus dons espirituais, as remedeiras, que se ocupam de produzir os remédios para os cuidados, e ensinar a usá-los, todos esses sujeitos são guiados pelo conhecimento empírico e ancestral de seu povo. No TQ de Itacuruçá todos os ofícios citados acima são ou foram exercidos por algum morador local, em sua maioria mulheres, que até os dias atuais exercem a função, de remedeiras, benzedoras e puxadores, e são reconhecidas pelo grupo como tal.

Nos rituais de pajelança, que são cuidados com o espírito e a alma, os pajés utilizavam as folhas de ervas e plantas para realizar os banhos e a defumação para a proteção dos corpos e espíritos dos doentes.³⁸ Neste ofício por sua vez, é preciso ter uma série de especificidades para exercê-lo, não é qualquer pessoa que nasce ou é escolhido para seguir o ofício de pajé, e depois de escolhido há toda uma preparação para o exercício como relata uma moradora local,

Antes era feito o negócio do maracá, a minha mãe de criação tinha um sobrinho que ele fazia as pajelâncias, mas tinha um dia específico, quando tinha alguém doente ele ia na casa, era

³⁸ Está dissertação não tem como objeto a abordagem da antropologia da religião e da saúde, contudo o programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA-UFGA) é a expressão da produção amazônica sobre a temática, na figura do Professor Raymundo Heraldo Maués. Para saber mais acessar

MAUÉS, R. Heraldo. Catolicismo e xamanismo: reflexões sobre pajelança amazônica, renovação carismática e outros movimentos eclesiais. Revista Pós Ciências Sociais, v. 4, p. 11-30, 2009. <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/829> ; **MAUÉS, R. Heraldo.** Religião e medicina popular na Amazônia: A etnografia de um romance. Revista Antropológicas, v. 18, p. 153-182, 2008. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaantropologicas/article/view/23705> ;

MAUÉS, R. Heraldo. Catolicismo e Xamanismo: Comparação entre a cura no Movimento Carismático e na pajelança rural amazônica. Ilha. Revista de Antropologia (Florianópolis), Florianópolis, v. 4, n.2, p. 51-77, 2002.

MAUÉS, R. Heraldo; VILLACORTA, Gisela Macambira (Org.) . Pajelanças e Religiões Africanas na Amazônia. 1. ed. Belém: Editora da UFGA, 2008. v. 1. 370p. https://www.travessa.com.br/pajelancas-e-religoes-africanas-na-amazonia/artigo/471e66e5-6503-4be6-8732-f9b011490a6a?srsltid=AfmBOoqms09bHYOI8GbbI9_OsaJVZKj89fT2lvsgQfmN3K0SIBb9Hb4s ;

MAUÉS, R. Heraldo. A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores.. 1. ed. BELEM: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA, 1990. v. 1. 145p . <https://www.naea.ufpa.br/index.php/livros-publicacoes/196-a-ilha-encantada>

6h da tarde que ele ia. Ele cantava, levava o maracaázinho dele com as penas, levava as folhas deles pra fazer os banhos para espantar os espíritos maus que tinha na pessoa, eles levavam esse negócio até umas 0h00. Eles cantavam, dançavam. Mas agora nem tem mais, o único que fazia ainda era o Zica, mas agora parece que ele não se dá conta mais. Tinha dias específicos, quinta e sexta, depois que eles tomavam banho as pessoas não podiam mais sair da casa, era só no outro dia, porque eles diziam que depois do banho eles não saiam para que o espírito mau fosse embora. A defumação era feito no mesmo dia do banho, e defumavam a roupa, e no outro dia outra pessoa ia com um pauzinho para lavar, não podia pegar com a mão, porque o que tinham feito para a pessoa ia saindo naquela água que a roupa ia sendo lavada, e se a pessoa que fosse lavar e pegasse com a mão corria o risco de voltar o espírito mau para a pessoa que tava lavando. Isso é pra quem acredita, minha filha. Naquele tempo muitos acreditavam e gostavam (N. F, 2025).





Apesar de não ser mais praticada em domínio público na comunidade, e assim não refletir na visão se ainda é presente, a prática citada acima reflete fortemente em minha percepção como parte integrante da identidade do povo quilombola enquanto remanescente de pessoas escravizadas que foram trazidas à força como mão de obra, e consigo trouxeram também suas culturas, religiões, modos de vida e línguas. Um reflexo desses modos de vida é o uso frequente de folhas e banhos que são provenientes dessa cosmovisão de muitos povos afro diaspóricos se interligando em um mundo paralelo ao mundo ocidental.

A gira cosmológica presente nas comunidades não gira somente nas indicações de uso dos chás, xoropes, afumentos, defumações, choques e banhos, experiências, afetos e sabenças, mas também se faz no compartilhar das espécies de plantas presentes nas comunidades. Esse sentido de “trocas”, e aqui coloco entre aspas (“) pelo fato de achar que não é uma troca de sentido material, mas sim um compartilhamento de vida, de saúde, de bem viver, com a mãe terra, com a água do rio, com as matas da comunidade, com tudo que cerca e faz a gira girar em torno desse saber ancestral o qual se faz fortemente presente no quilombo de Itacuruçá.

É muito perceptível e marcante esse conhecimento girando na comunidade quando alguém está necessitando, pois se eu estou acometido por uma enfermidade, eu posso não saber como tratar, mas alguém da comunidade sabe, e conforme circula a notícia do meu estado de saúde, seja ele físico ou espiritual, alguém da comunidade saberá como tratar e logo a gira se inicia novamente e às vezes o tratamento (chá, banho, xarope etc) chega até o local onde o enfermo se encontra, pois como o sábio Nêgo Bispo nos fala, nós somos o povo da circularidade, e essa circularidade nos possibilita circular o nosso conhecimento cosmológico.

Nesse contexto apresento no quadro a seguir com algumas espécies de plantas que são cultivadas no jirau medicinal quilombola do Itacuruçá, apresentando suas indicações locais, modo de uso e parte da planta utilizad

Quadro 2- Plantas cultivadas no jirau medicinal quilombola do Itacuruçá

Planta	Nome popular	Indicação	Modo de uso	Parte da planta utilizada
	Babosa	queimadura	o sumo retirado de sua folha é passado em cima do local afetado	folhas
		doenças do estômago	o sumo da folha batido com leite moça	
	Catinga de mulata	febre	chá	folhas
		AVC	chá	
			afumento de várias plantas juntas	
choque com várias plantas juntas com cachaça				
	Alecrim		defumação	folhas
	Oriza	quebranto	banho junto com água de colônia e água normal, e outras plantas	folhas

	Vergamota	dor de urina	chá	folhas
	Arruda	AVC	maceração	folhas
quebranto	banho	mal olhado	defumação	
Açafrão	antiinflamatório			
				

	Pirarucu	doenças do estômago e fígado	chá	folha
	Insulina	diabetes	chá	folhas
	Mucuracaá	mal olhado	banho	folhas
	proteção	banho		
	Boldo	estômago	chá	folhas
	fígado			
	cólicas menstruais			
	Hortelã	febre	chá	folhas
	dores estomacais			

		dentição de criança		
	Amor crescido	emorroidi cheiura	chá	folhas
	Ortiga ou hortelãzão	Gripe	chá	folhas

Fonte: elaborado pela autora, 2026.

2.5 Dificuldades e possibilidades

Neste tópico busco apresentar algumas dificuldades enfrentadas no decorrer do coletivo. E início a partir das percepções que não foram imaginadas aparecer no decorrer das atividades e quando apareceram precisaram ser lidas e tidas com muita cautela e discernimento. Apesar do projeto ser pautado para fortalecer os saberes relacionados a ervas e plantas medicinais como forma de enfrentamento às mudanças climáticas e ao apagamento dos nossos saberes, surgiram outros enfrentamentos que talvez estavam silenciados, e ao passo que o projeto foi ganhando visibilidade outras situações foram surgindo, como o racismo ambiental e religioso.

Durante todo o processo de escrita e organização das atividades do projeto eu tinha uma expectativa enorme tanto pela aderência ao projeto quanto pela quantidade de participantes que irão construir conosco durante as atividades. Contudo, nem sempre o que planejamos é o que realmente acontece, e foi aí que eu em silêncio precisei lidar com a quebra de uma expectativa que talvez somente eu tivesse criado no momento de empolgação da realização e concretização de sonhos coletivos e individuais, mas, que foi percebido por outras integrantes da coordenação do coletivo.

Mesmo com o cenário preocupante eu compreendi que a baixa aderência ao projeto não tirava o brilho e a potência do que vinha sendo construído coletivamente e profissionalmente na vida das pessoas que estavam participando do projeto, muito pelo contrário, só reacendeu a vontade de envolvimento maior no movimento social para fortalecer as nossas comunidades quilombolas.

Com o passar das atividades o público reduzia e o medo de não dar certo voltava novamente, porém a nossa vontade de tentar era maior que o medo, mesmo sabendo que seria um processo árduo e delicado.

Não era desprezioso dizer que o projeto é construído por muitas mãos feminina, que compartilham saberes, histórias, memórias, afeto, amor, vivências e experiências de vida, apesar do público das atividades serem reduzidos, os encontros eram recheados de sabenças e transformador, pois estamos transformando as nossas próprias realidades.

Nós mulheres quilombolas detentoras do saber fazer relacionado a esse ofício enfrentamos dificuldades para preservar esse conhecimento que está diretamente ligado a nossa identidade, étnica e cultural. Vivenciamos por anos o processo de apagamento de nossas formas de viver, cuidado e de relação com o meio em que vivemos.

As práticas de cura relacionadas à saúde do nosso povo são várias vezes deslegitimadas pela sociedade hegemônica, mesmo que indiretamente essa mesma sociedade se beneficie de nossas práticas. A falta de acesso a uma saúde de qualidade e que respeita a identidade étnica presente nos territórios quilombolas é uma grande barreira para a preservação do conhecimento ancestral. E apesar de termos em nosso território uma UBS com uma equipe de profissionais majoritariamente das comunidades locais, ainda assim as possibilidades de garantir o acesso à um direito básico e constitucional que é a saúde, ainda é um grande desafio.

As percepções obtidas em campo destacam os desafios enfrentados para a manutenção dos saberes tradicionais tecidos por uma dinâmica geracional de dons ancestrais, que considera aspectos físicos e espirituais, e desconstrói a forma de cuidado baseado unicamente na medicina convencional. A lógica de tempo, e aqui digo no sentido de decorrer das horas, figura também como um processo que colabora para a diminuição do uso dos remédios caseiros, pois os

remédios sintéticos proporcionam efeitos mais rápidos comparados aos remédios caseiros, e por isso as pessoas também não querem mais usar os remédios da terra, pois a aceleração que a sociedade atual experimente rompe com qualquer forma que desacelere os diversos processos existentes.

A partir de políticas de ação afirmativa para curso superior o Itacuruçá conta com 3 médicos formados e 3 em formação pela Universidade Federal do Pará, e um número expressivo de profissionais formados e capacitados para atuar em suas comunidades em diversas áreas, contudo, esses profissionais muitas vezes não conseguem retornar e exercer sua profissão dentro da comunidade por inúmeras situações, dentre elas questões políticas partidárias, esse é um cenário que se apresenta na UBS do referido território. Relato esse contexto em meu texto como forma de despertar reflexões sobre o acesso (ou o não acesso) há políticas públicas estaduais e municipais que fomenta a garantia de um desenvolvimento de oportunidades de reparação ao contexto histórico que essa população tida como marginalizada vivencia a séculos os processos de exclusão social, cultural, política, educacional e profissional.

Pois em um contexto onde disputam profissionais sendo um deles da comunidade que conhece e vivencia a realidade social, cultural e étnica de uma comunidade e que tem empatia com todos os contextos presentes e um profissional que desconhece todos os contextos citados acima, é muito mais complexo haver uma valorização das práticas de cuidado locais quando comparado com as práticas da medicina convencional.

Quando se fala ou pensa em questão da saúde em comunidades tradicionais é preciso levar em consideração as especificidades desses grupos, uma vez que, os contextos sociais, econômicos, políticos, culturais, educacionais e geográficos fazem parte do acesso à essa atenção à saúde dos moradores das comunidades (Oliveira, *et. al*, 2024). É preciso pensar em formas de como diminuir as dificuldades de acesso aos cuidados institucionais e do racismo institucional que esses povos sofrem há séculos, mas que resistem as mais variadas formas de opressão que lhes são impostas, uma delas é a desvalorização e invalidação pela sociedade hegemônica dos conhecimentos de cuidado da medicina ancestral de tais grupos, portanto, “é preciso pensar em ações inclusivas e estratégias efetivas de promoção da equidade, e assim diminuir o racismo vivenciado cotidianamente e secularmente pelas comunidades tradicionais” (Oliveira, *et. al*, 2024. p.8).

Mesmo compreendendo que a discussão iniciada acima merece ser aprofundada, não me deterei neste momento nela, pois acho que merece um repertório maior de leituras e discussões, principalmente discutir na base com os que mais necessitam, o povo quilombola. E pensando em alargamentos que possam contribuir para desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes e equitativas, pretendo em outro momento construir artigos sobre esse movimento

das políticas voltadas para a saúde quilombola.

A garantia ao território tem sido um desafio constante para a perpetuação dos saberes tradicionais dentro das comunidades. Moradoras do quilombo demonstram preocupação com relação ao seu território, no sentido das mudanças que vêm ocorrendo e que são percebidas por todos com relação a baixa produtividade do solo, ou com a quebra do solo, principalmente no curso da área de várzea do Itacuruçá, além do calor excessivo, que causa a perda de algumas espécies de ervas e plantas medicinais quando muito expostas a altos picos de calor, e afeta diretamente nas formas de tratamento e cuidado utilizados pelas/os moradoras/es. Esses impactos são causados, principalmente pelas mudanças climáticas, como se observa na fala da interlocutora sobre a diminuição do plantio e cultivo de plantas medicinais:

Essas plantas aqui no verão eu preciso mais é de água porque toda manhã eu tenho que molhar por causa da terra que não tem, quando tem a terra bonita largo elas de mão que ela vai, agora quando não tem tem no Verão todo dia tem que molhar tem que tiver molhando tirando e vai mudando para ela não morrer. Olha como elas estão agora meio murcha já secou até a gente jogou água de manhã elas vão pegar o sereno e amanhecer bonitas aí eu ponho a água quando o sol esquenta ela fica assim esse jirau eu uso só para não pula terra não pôr na terra (H. B., 2022).

Nos relatos recolhidos a preocupação com a manutenção do conhecimento ancestral é uma constante, mas a percepção de que a relação com a sociedade envolvente e a ameaça sobre o território, materializado especialmente nos câmbios climáticos, também cruzam as falas das/os interlocutoras/es.

Há uma preocupação relativa ao avanço dos açais sobre as áreas de mata da comunidade, o que compromete a manutenção da disponibilidade e diversidade das ervas e plantas medicinais. A ausência desses recursos afeta os saberes locais como se manteve presente nas falas dos participantes das atividades do coletivo, em conversas entre moradores e também em estudos que vêm apontando as prerrogativas de uma possível monocultura da palmeira do açá. Mas é o cotidiano entre as mulheres que se destaca como estratégia de enfrentamento desse processo. Vale destacar o Coletivo Mãe Preta³⁹, desenvolvido na comunidade por uma das autoras deste trabalho, mulher preta, quilombola, que tem como foco a construção de jiraus para ervas e plantas medicinais, que ao possibilitar o envolvimento e aderência de uma parte da comunidade ao projeto traz a importância dessas práticas ancestrais, mas traz, sobretudo, a vontade das gerações mais jovens, ainda que não em sua totalidade, de se alimentar desse conhecimento ancestral. E portanto, a Mãe Preta, politicamente figura como

³⁹ O coletivo Mãe Preta emerge da inserção de mulheres quilombolas integrantes do território quilombola de Itacuruçá nas universidades, e a partir de suas diversas áreas de formação buscam de alguma forma fortalecer e potencializar a luta e resistência de suas comunidades. A partir da inserção nas universidades, a formação acadêmica somada ao conhecimento tradicional das mesmas, o coletivo busca desenvolver projetos voltados para o fortalecimento da identidade quilombola, perpetuação dos conhecimentos ancestrais e potencializa os atos políticos dentro do território.

lugar de tessitura de relações de valorização dos conhecimentos os quais a sociedade hegemônica se empenha em apagar.

2.6 Experiências sobre patrimônio cultural material e imaterial: possibilidades e estratégias futuras

Como bem nos aponta Conceição Evaristo (2020), a potencialidade das escritas a partir de lugares de nossas vivências - dos quilombos, aldeias, periferias - torna a escrita política, e rompe com a lógica mecanizada que circula em muitos espaços acadêmicos. Mas é claro, que se faz necessário entender que a academia tem suas contribuições na construção crítica de cidadãos, porém é preciso fazer confluência de saberes (Bispo, 2023) dentro de todo e qualquer espaço de poder.

Ao frequentar disciplinas, cursos e eventos que me apresentaram a temática relacionadas a políticas públicas de patrimonialização e outros processos de construção de ferramentas fundamentais para a garantia dos direitos quilombolas, como a construção de laudos antropológicos, RTID, Certificação quilombola, tombamentos de sítios arqueológicos entre outras, me levou a refletir sobre a garantia ao território que não seja somente pelas políticas e legislações territoriais e ambientais.

A salvaguarda, certamente, figura como importante procedimento, ajudando a garantir os direitos essenciais de manter a identidade cultural, os modos de vida das comunidades, além de viabilizar a promoção de modos sustentáveis. Portanto, a temática relacionada a patrimônio figura como uma estratégia importante a ser visualizada e requerida.

É importante trabalhar a categoria patrimônio relacionado à temática abordada neste trabalho como forma de salvaguardar esses saberes e práticas de cuidado que são utilizados pelas comunidades tradicionais que, devido à pressão de fatores externos como o aumento do desmatamento das áreas de vegetação das comunidades tradicionais para o avanço do agronegócio, de megaempreendimentos, especulação imobiliária, e o avanço tecnológico que não valoriza as tecnologias ancestrais desses povos coloca em um contexto de desvalorização e risco a perpetuação dos saberes tradicionais, que vêm de uma cosmovisão de relação orgânica com os recursos naturais, das matas, florestas, rios e encantados, e portanto, é necessário ser salvaguardado.

Certa de que as legislações de patrimonialização são densas e merecem uma atenção maior, conforme as apresentações feitas nos espaços os quais frequentei, pretendo futuramente me aprofundar na temática e pensar junto a comunidade o acesso a essas outras políticas públicas.

CONCLUSÃO

Ao longo da escrita desta dissertação e de tudo que ela me proporcionou, busquei refletir ao máximo sobre o papel deste trabalho e a contribuição dele para minha comunidade, para o coletivo, e também para a minha vida pessoal e profissional. Compreendo que só de estar escrevendo sobre meu território e em um lugar de fala muito específico, como quilombola, contribuí para que outras pessoas como eu também se encorajem a estar nesse espaço o qual sempre será desafiador e muitas vezes hostil para nós, isso é um dos grandes feitos deste trabalho.

E entendo que minhas compreensões não são e nunca serão as mesmas de meus pares, nesta pesquisa deixo aberto para novos afloramentos e construções. Pois, para mim a pesquisa está sempre em um movimento de constantes reformulações, e assim me permito dizer que este trabalho é só mais um capítulo a ser construído com e para os meus.

Ao passo que trilhei os rituais acadêmicos, busquei nesta dissertação **compreender como os conhecimentos associados para acesso e uso de ervas e plantas medicinais figuram como estratégia de enfrentamento às pressões da sociedade do entorno e resiliência diante às mudanças socioambientais sobre o território quilombola do Itacuruçá**. A partir dos objetivos traçados e do trabalho de campo constatei que mesmo com o avanço da medicina convencional e de novas tecnologias, às práticas ancestrais de cuidado ainda são essenciais e de alta relevância para as comunidades tradicionais. Elas estão diretamente atreladas às formas identitária, cultural, social, política e econômica do povo local, que sofre secularmente com a marginalização, o racismo estrutural e institucional e com a falta de efetivação das políticas públicas.

Os resultados demonstram que os saberes atrelados às plantas medicinais por si só não existem se não estiverem interligados a um conhecimento ecologicamente local. É através das variadas formas de cuidar e entender o universo em que se apresentam o cenário da temática que a faz ser pulsante no viver cotidiano do povo local. A comunidade por sua vez vem avançando e superando os obstáculos de degradação socioambiental e cultural através das estratégias desses conhecimentos específicos construídos na coletividade para a gestão de seu território.

É através principalmente do faro aguçado das mulheres que a perpetuação dos conhecimentos tradicionais vem se mantendo e forjando nossas estratégias de enfrentamentos diversos para a garantia de um bem viver digno dentro das comunidades. São os laços familiares e comunitários que se reconfiguram entre as gerações gerando resiliências e protagonismos que proporcionam modos de cuidado e cura baseados em nossas cosmovisões.

A comunidade do Itacuruçá tem assumido um papel essencial e estratégico no enfrentamento às mudanças socioambientais em seu território. Entender o nosso tempo de olhar o mundo nos faz compreender que precisamos estar em constante movimento para garantir nossos direitos e apesar de toda a invisibilidade que sofremos na sociedade, vamos continuar sendo resilientes através de coletivos como o Mãe Preta para ocupar todos os lugares os quais são nossos por direito.

Os nossos saberes precisam ser entendidos como parte integrante da proteção do território, e a partir do que esta pesquisa trouxe passo a compreender que através dos saberes tradicionais se constroem no território e o território por sua vez se mantém a partir dos saberes de nosso povo Itacuruçáense. E, portanto, os contextos apresentados nesta dissertação e pelos sujeitos quilombolas que contribuíram, são todos coautores deste trabalho, e demonstram que o Itacuruçá se faz através de uma vida marcada pela luta constante de justiça social. Ainda ousado dizer que os coletivos atuantes como o Mãe Preta, são os agentes transformadores na busca não só de justiça social, como também ambiental e racial.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. 2013. El Buen Vivir. Sumak Kawsay, una oportunidad para imaginar otros mundos. Editorial, Barcelona, España, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quilombolas e novas etnias. Manaus: UEA Edições, 2011.
- ALVES, Hayda J. et al. Saúde da Família, territórios quilombolas e a defesa da vida. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 21, 2023, e02209219. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-ojs2209>
- BANIWA, Gersem. Conferência 34a Reunião Brasileira de Antropologia. Belo Horizonte [S.l.]. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=vFKrjG9Jhs&t=5s&pp=ygUUZ2Vyc2VtIGJhbml3YSBuYSBhYmE%3D>>. , Transmitido ao vivo em 25 de jul de 2024. Acesso em: 08 ago. 2024.
- BISPO, Antônio Santos dos. Colonização, Quilombos: modos e significados. Editora COMEPI, Teresina/PI, 2007.
- BISPO, Antônio. A Terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.
- BORRALHO, Anderson do Rosario. Fotoetnografia da vida e trabalho na Comunidade Quilombola Monte Alegre -Acará/Pará. 134 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.
- BOTELHO, Janete Rodrigues. Agroextrativismo, sistema de produção do açaí e comercialização: o caso da comunidade quilombola do Rio Ipanema, Abaetetuba (PA). 118 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cidades, Territórios e Identidades, Universidade Federal do Pará, Abaetetuba - Pará, 2022.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Reflexões sobre como fazer trabalho de campo. Sociedade e Cultura, 2007, v.10, n. 1, p. 11-27.
- BRANDÃO, Leonaldo de Carvalho; SANTANA, Eduardo Justino; MACHADO, Edivandro Ferreira. Roças na comunidade quilombola de Médio Itacuruçá: um espaço de preservação cultural e segurança alimentar. Cadernos de Agroecologia- ISSN 2236-7934- Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Rio de Janeiro, v.19, n. 1, 2024.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Decreto- Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. In: -> http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_de_1937.pdf<.
- CARDOSO, Andréa Cardoso E, 2023. Quilombola e Petencostal: a construção de um diálogo como um valor pedagógico no Território de Moju Miri (PA). Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2023. 100 f. : il.
- CARDOSO, Ana Léia Moraes; CARDOSO, Andréa Cardoso E; GUEDES, Ana Célia Barbosa; MURACA, Mariateresa; TORRES, Marta Giane Machado. Plantas medicinais, saúde e contra-colonialidade: Reflexões a partir de uma experiência de convivência cartografante em territórios quilombolas. Zenodo, 20 jul. 2024. Disponível em:

<https://zenodo.org/records/12786927>. Acesso em: 11 fev. 2026.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. In: O trabalho do antropólogo. SP, Unesp, 2000. p. 17-36.

CARNEIRO, Sueli A. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 339 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARVALHO, Silviane Couto de. GUARDIÃES DE SABERES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: Relações entre mulheres, território, memórias e plantas no Médio Itacuruçá. 2025. 212 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

CLIFFORD, James. “Sobre a autoridade etnográfica”. In: A experiência etnográfica - antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ Editora, 2011.

DURTE, Constância Lima. CÔRTEZ, Cristiane, PERREIRA, Maria do Rosário Alves (org.). **Escrevivências: identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Malê, 2023.

ELIAS, Lina Glácia Dantas. ‘Endoeducação’ das mulheres quilombolas: atravessamentos por saberes e práticas sociais das trabalhadoras rurais da Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba, município de Abaetetuba-PA. 286 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia, Belém, 2024.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d’água**. 1ª . ed., Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 2014.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 3ª . ed., Malê, Rio de Janeiro, 2020.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo (São Paulo - 1991), São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: <https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263>. Acesso em: 11 fev. 2026.

FURTADO, Maria Alice Silva. Plantas Medicinais e Cura Tradicional em Santiago, Cabo Verde: Uma etnografia do Mercado do Plateau. 2022. 111 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2022.

GONZALEZ, Lélia. 2020. A mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômico. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 49- 64.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. Mulheres Quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA. 2018. 203 f. :il. ; 30cm. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

HARAWAY, Donna. “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o

privilégio da perspectiva parcial”. Cadernos Pagu, Campinas, n. 5, 1995. (Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>)

IPHAN. Portaria nº 135 de 20 de novembro de 2023. In: -> <https://www.gov.br/iphan/pt-br/centrais-de-conteudo/legislacao/atos-normativos/2023/portaria-iphan-no-135-de-20-de-novembro-de-2023><.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KOPENAWA, Davi. “ Falar aos brancos” (cap. 17), in: A queda do céu: palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. “ Não se come dinheiro” & “ A vida não é útil”. In: A vida não é útil, São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LIRA, Talita de Melo.; CHAVES, Maria. do Perpétuo. Socorro. Rodrigues. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. INTERAÇÕES, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, jan./mar. 2016.

MALINOWSKI, Bronislaw. Cap. 7: A coleta e a interpretação de dados empíricos. In: DURHAM, Eunice (org.) Grandes Cientistas Sociais: Malinowski. São Paulo: Ática, 1986. [16 páginas]

OLIVEIRA, Gabriela Nunes de Deus; JOSÉ DE OLIVEIRA, Jurema José de; BERGAMI, Lucinei Maria. Insubmissas lágrimas de mulheres: oralidade, resistência feminina e ancestralidade na escrivência de Conceição Evaristo. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, [S. l.], v. 32, n. 4, p. 35–56, 2023. DOI: 10.35699/2317-2096.2022.38709. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/38709>. Acesso em: 11 fev. 2026.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n.42, p. 377-392, Dec. 2014.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Dantas. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do Rio Baixo Itacuruçá- Abaetetuba, PA. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon , v. 22, n. 2, p. 49-72, 2018.

POJO, Eliana Campos; ELIAS, Lina Dantas. O cotidiano das águas na tradição quilombola da comunidade do Rio Baixo Itacuruçá- Abaetetuba, PA. Revista Sociais & Humanas - vol. 31/ Nº3 - 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34730>. Acesso em: 28 jan. 2026.

QUARESMA, Solange Barbosa. O conhecimento ecológico local e as práticas do uso dos recursos naturais em uma comunidade de várzea no município de Igarapé-Miri, Pará. 2024. 151 f. Dissertação de Mestrado, Museu Paraense Emílio Goeldi, Programa de Pós-Graduação em Diversidade Sociocultural, Belém, 2024.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia de Letras, 2019.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Colonização, Quilombos: modos e significações. Brasília: INCTI/UnB, 2015.

SANTOS, Antônio Bispo dos. A terra dá, a terra quer. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SHAH, Alpa; ÁLVARES, Lucas Parreira; BENASSI, Giovanna; OLEGÁRIO, Antônio; LANNA, Marcos. Etnografia? Observação participante, uma práxis potencialmente revolucionária. **Revista de Antropologia da UFSCar**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 373-392, 2020. Disponível em: <https://www.rau2.ufscar.br/index.php/rau/article/view/342>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Luciane Texeira da. **Educação escolar e identidade quilombola**: um enfoque na comunidade Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, município de Abaetetuba, estado do Pará. 2015. 98 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SILVA, Amanda Cardoso da; LOBATO, Flavio Henrique Silva; RAVENA-CANETE, Voyner. Plantas medicinais e seus usos em um quilombo amazônico: o caso da comunidade Quilombola do Abacatal, Ananindeua (PA). **Revista NUFEN**, Belém, v. 11, n. 3, p. 113-136, 2019.

SILVA, Ingrid Fabiane Santos; RODRIGUES, Ivaneide Leal Ataíde.; NOGUEIRA, Laura Maria Vidal; PALMEIRA, Iraci Proença; FERREIRA, Márcia Assunção. Behaviors related to Quilombola women's health: a social representations study. *Rev Bras Enferm.* 2020;73(Suppl 4):e20190427. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2019-0427>

SILVA, Wagner G. Apresentação: Canoas e praias desertas; Redes de significados; Chegar a campo; Minhas perguntas, suas tartarugas. In: SILVA, Wagner G. O antropólogo e sua magia. São Paulo: Ed. UDP. 2000, p.13-58.

SOUZA, Carlo Natham Machado de. et. al. Plantas medicinais em quintais periurbanos: espaços de valorização da biodiversidade em São Miguel do Guamá, Pará. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, MS, v. 24, n. 2, p. 411–426, abr./jun. 2023.

SOUZA, José Luis Souza de. Precisamos pisar no chão: Plantas medicinais e ancestrais usos de práticas e saberes entre quilombolas de Deus Ajude. 2024. 65 f. Dissertação de Mestrado em Sociologia e Antropologia - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará, Belém, 2024.

SOUZA, Katiane Jesus de; AMORAS, Maria. O protagonismo de mulheres quilombolas na organização social e política dos territórios na Amazônia Paraense. 2025. In: 18º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Salvador, Bahia, Brasil, 2025.

TORRES, Priscila Ferreira. et al. Usos de plantas medicinais na Comunidade Quilombola do Baixo Itacuruçá (PA): saberes para enfrentamento da COVID-19. In: CARVALHO, L. G. D.; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. D. (Org). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. 1ed: NUMA, 2021, v. 1, o. 103-128.

TORRES, Priscila Ferreira. **FÁRMACIA DE QUINTAL**: Saberes e usos de plantas medicinais em Territórios Quilombolas- Baixo Itacuruçá, Abaetetuba (PA). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2023.

TORRES, Priscila Ferreira; TORRES, Thais Gomes; RAVENA-CANETE, Voyner. Entre

Raízes e Saberes: três anos de pesquisa sobre plantas medicinais no território quilombola do Itacuruçá, Abaetetuba/PA - uma abordagem integrada para compreender espécies, usos e conhecimentos tradicionais. 2024. In: Seminário Internacional América Latina e Caribe (5.: 2023-2024: Belém, PA).; CASTRO, E. M. R. D.; CARMO, E. (Org.). - Belém: NAEA, 2024. p. 1260- 1275.

TRINDADE, Alice Rosário do. Uso de plantas medicinais como estratégia contra a COVID-19 durante a pandemia na comunidade quilombola de Itapuama, Pará. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) - Universidade Federal do Pará, Belém, 2025.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe**, São Paulo, Brasil, v. 11, p. 1-14, 2012. DOI: [10.4000/pontourbe.300](https://doi.org/10.4000/pontourbe.300). Disponível em: <https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/219809>. Acesso em: 17 set. 2025.

WERNET, Monika; SILVEIRA, Aline Oliveira; CARVALHO, Júlia Rodrigues Barroso de; COSTA, Giuliane Pereira da; FREITAS, Bruna Hinnah Borges Martins de; MENESES, Raúl Rodrigo Silva da; MAGALHÃES, Bruna Coelho. Práticas e concepção nas relações de cuidado da criança em territórios quilombolas: revisão integrativa. **Saúde em Debate**, [S. 1.], v. 49, n. 144 jan-mar, 2025. Disponível em: <https://www.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/9681>. Acesso em: 11 fev. 2026.